

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

JULIA CONCURUTO RECHE

SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA

BAURU
2015

JULIA CONCURUTO RECHE

SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU
2015

Reche, Julia Concuruto

R296s

Segurança Energética da União Europeia / Julia Concuruto Reche. -- 2015.

71f.

Orientadora: Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. União Europeia. 2. Segurança. 3. Energia. 4. Rússia. 5. Pipeline. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.

JULIA CONCURUTO RECHE

SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como partes dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais sob orientação da Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca examinadora:

Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Profa. Ma. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Me. Fábio José de Souza
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 10 de dezembro de 2015.

Com carinho aos meus pais que sempre me incentivaram a alcançar meus objetivos e as minhas amigas de curso que tornaram essa jornada mais prazerosa e gratificante.

Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Tudo o que acontece com a Terra, acontece com os filhos e filhas da Terra. O homem não tece a teia da vida; ele é apenas um fio. Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo. (Ted Perry, inspirado no discurso do Chefe Seattle)

RESUMO

Os Estudos da Segurança vieram para respeitar as necessidades de inclusão de outras ameaças na arena das relações internacionais, para além da tradicional militar. Desse modo, estudar a Segurança Energética é identificar quais as ameaças ao abastecimento seguro e ininterrupto aos países e qual a relação entre os países ricos em recursos energéticos e os escassos. A União Europeia como uma região escassa sofre com os ricos em sua segurança energética pela necessidade de importar a maior parte dos recursos energéticos necessários para o seu abastecimento. Suas políticas acerca da energia ainda não são suficientes e não atingiram seus objetivos específicos. Além disso, não há uma política comum especificamente energética para a União Europeia sendo a energia ainda parte das políticas nacionais de cada Estado-membro. Desse modo, são identificados os riscos à segurança energética da União Europeia, os entraves à harmonização legislativa e quais os caminhos possíveis para aumentar essa segurança e criar políticas energéticas mais eficientes e integradas.

Palavra-chave: União Europeia. Segurança. Energia. Rússia. Pipeline.

ABSTRACT

The Security Studies regard the necessity of including other threats in the arena of international relations, beyond the military traditional. Therefore, to study Energy Security is to identify which are the threats against safe and uninterrupted supply to the countries and how is the relation between the countries rich in energy resources and the scarce. The European Union as a scarce region suffers with risk in its energy security because it needs to import most part of its energy resources essential to its supply. Its politics about energy are not sufficient and haven't reached its specific goals. Moreover, there is not a common energetic policy specifically to the European Union where energy is still part of each member states' national policies. Thus, this research identifies the risks to Union European's energy security, the barriers to legislative harmonization and which possible paths can promote security and create energy policies more efficient and integrated.

Keyword: European Union. Security. Energy. Russia. Pipeline.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEA** - Agência Europeia do Ambiente
- AIE** - Agência Internacional de Energia
- APC** - Acordo de Parceria e Cooperação
- ACER** - Agência de Cooperação dos Reguladores de Energia
- BEI** - Banco Europeu de Investimentos
- BRICS** - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- BTC** - Baky-Tbilisi-Ceyhan
- CECA** - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
- CE** - Comissão Europeia
- CESE** - Comitê Econômico e Social
- EIA** - Energy Information Administration
- Euratom** – Comunidade Europeia de Energia Atômica
- ENPI** - European Neighborhood and Partnership Instrument
- ETS** - Esquema de Comércio de Emissões da União Europeia
- EUA** - Estados Unidos da América
- FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FEIE** - Fundo Europeu para Investimento Estratégico
- GEE** - Gases do Efeito Estufa
- GNL** - Gás Natural Liquefeito
- IED** - Investidor Estrangeiro Direto
- MDL** - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
- MIBGAS** - Mercado Ibérico do Gás
- MIBEL** - Mercado Ibérico de Eletricidade
- OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OM** - Oriente Médio
- OMC** - Organização Mundial do Comércio
- OPEP** - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- ORI** - Operador de Rede Independente
- OTI** - Operador de Transporte Independente
- OPA** - Oferta Pública de Aquisição
- PAC** - Política Agrícola Comum

PCAs - Partnership Cooperation Agreements
PEV- Política de Vizinhança Europeia
PEM - Parceria Euro-Mediterrânico
PIB - Produto interno Bruto
PIC - Planos de Investimento Comuns
REORT - Redes Europeias de Operadores de Redes de Transporte
RTE - Redes Transeuropeias de Energia
SVEBIO - Associação Sueca de Bioenergia
TACIS -Technical Assistance to Commonwealth of Independent States
TAP - Trans-Adriático
TFUE - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TSO - Operadores do Sistema de Transmissão
UE - União Europeia
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UpM - União para o Mediterrâneo
UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONCEITUALIZAÇÃO TEÓRICA DA QUESTÃO ENERGÉTICA	12
2.1	SEGURANÇA ENERGÉTICA.....	13
2.2	GEOPOLÍTICA DA ENERGIA	15
2.3	SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA	21
2.3.1	A Importância russa no abastecimento europeu.....	22
3	A ENERGIA NA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DA UE	26
3.1	POLÍTICA ENERGÉTICA DA UE	26
3.1.1	Diretivas para o setor energético comunitário.....	28
3.1.2	Regulamentação e transparência.....	32
3.2	RELAÇÃO ESTRATEGICA COM PAÍSES VIZINHOS	33
3.2.1	Ásia Central e Cáucaso	34
3.2.2	Mar Negro	35
3.2.3	Sudeste da Europa	36
3.2.4	Norte da África	36
3.3	SEGURANÇA ENERGÉTICA VS POLÍTICA AMBIENTAL.....	37
3.3.1	Pacote 20-20-20 Energia-Clima.....	40
4	DESAFIOS E OPORTUNIDADES À SEGURANÇA ENERGÉTICA DA EU	43
4.1	PROTECIONISMO, MONOPÓLIO E FALTA DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA.....	43
4.1.1	Pipelines para a UE	44
4.1.2	Os Novos Pipelines: diversificação das rotas?	46
4.1.3	O gasoduto Nabucco.....	47
4.1.4	O Corredor Sul	49
4.2	CANAIS DE INTERLIGAÇÃO: A INFRAESTRUTURA ADEQUADA?.	49
4.2.1	O Caso Ibérico	51
4.3	DIVERSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE ENERGIA.....	56
4.3.1	O Gás Natural Liquefeito (GNL) e o Gás Xisto	58
4.3.2	O Biocombustível do Brasil	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos Estudos da Segurança Internacional, outros setores foram incluídos na agenda de Segurança para além da tradicional Segurança Militar. Nesse sentido, os novos setores de segurança assim como a Segurança Energética passaram a figurar na agenda internacional nos trabalhos acadêmicos e nas políticas governamentais e regionais.

A Segurança Energética atingiu grande destaque internacional com os choques do petróleo da década de 70 e continuou sendo motivo de preocupação à medida que o consumo de energia e o preço do petróleo aumentavam. A energia é extremamente importante, pois dela depende a vida, o bem estar da sociedade e o desenvolvimento econômico. Assim sendo, assegurar o fornecimento ininterrupto de energia equivale a assegurar o fornecimento dos recursos utilizados para a produção de energia. Como esses recursos não são abundantes em todas as partes do mundo, a Segurança Energética pode ser ameaçada tanto nos países escassos que dependem do fornecimento externo quanto nos países abundantes que são historicamente vítimas da ingerência externas.

Dessa forma, é importante analisar a relação dos países desenvolvidos escassos em recursos energéticos com os países subdesenvolvidos abundantes em recursos energéticos. Uma vez que se observam os conflitos decorrentes da busca por esses recursos fica claro a necessidade de se tomar novas políticas em busca da Segurança Energética. No caso da União Europeia (EU), que será analisado mais profundamente neste trabalho, a situação se torna mais grave pelo fato de que a União depende em mais da metade da importação de recursos naturais para a produção de sua energia. Além disso, a União depende essencialmente e em sua maioria de um único fornecedor, sendo a Rússia seu maior parceiro energético. Com sua recuperação econômica e política, a Rússia volta a exercer um papel central no cenário internacional e os recursos energéticos passam a ser um instrumento de influência ao qual a Rússia vem direcionando sua atenção.

Nessa linha de pensamento, se torna necessário classificar a relação da UE com a Rússia e sua influência sob a Segurança energética da União. Avaliar quais são as políticas energéticas já adotadas pela UE e quais são os entraves para o desenvolvimento de outras políticas.

Neste presente trabalho será analisado, o conceito de Segurança Energética e a geopolítica mundial da energia para identificar quais os problemas referentes à segurança energética da União Europeia. Será analisado a relação da UE com seus vizinhos energéticos, principalmente a Rússia e sua influência sob a Segurança Energética da União. Assim sendo, serão utilizadas principalmente as obras dos autores como Buzan, Wawaer, Bandeira, Santos, Guedes, Rocco e Frade, além de utilizar notícias de acontecimentos recentes para responder as seguintes perguntas: por que a segurança energética da UE está posta em risco? Quais os principais entraves para a formação de uma política eficaz de abastecimento para UE? Quais possibilidades e as novas propostas para a formação de uma política eficaz europeia ao que abrande energia? É possível a criação de uma política comunitária Europeia da energia sólida e eficaz?

O primeiro capítulo aborda a expansão do conceito de Segurança abrangendo os outros setores de Segurança desenvolvidos por Berry Buzan e o setor da Segurança Energética, avaliando qual o risco à Segurança Energética da UE. O segundo capítulo analisa quais as políticas já adotadas pela Comunidade Europeia e a relação das políticas ambientais da UE com sua segurança energética. O terceiro e último capítulo aborda as dificuldades que ainda rondam o desenvolvimento eficaz de uma política energética integrada para a União e quais as oportunidade que a UE pode recorrer para aumentar sua segurança e, conseqüentemente sua independência energética.

2 CONCEITUALIZAÇÃO TEÓRICA DA QUESTÃO ENERGÉTICA

Definir Segurança não é tarefa fácil, não existe uma definição universal ou consenso e sim diversas perspectivas. É importante entender que a visão de segurança obedecia primeiramente ao contexto da Guerra-Fria e pós Segunda Guerra Mundial que legitimava políticas de manutenção da ordem no cenário bipolar. Resguardar a segurança do Estado contra uma ameaça externa era fator fundamental para invocar o conceito de segurança nacional e legitimar o uso da força, “[...]‘segurança nacional’ tornou-se quase sinônimo de segurança militar.” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 38). Nesse contexto, segurança era sobre sobrevivência ou como um Estado e mais especificamente como os Estados Unidos da América (EUA) e o Ocidente se sentiam potencialmente ameaçados por um “oponente hostil”¹. A Segurança Internacional, termo adotado por Berry Buzan devido à evolução do tema, aborda o conceito para além do setor militar. Os debates entre o que de fato se definia como segurança, se consolidaram primordialmente na visão tradicionalista-realista que focava no Estado, no setor militar e nas ameaças externas como fontes de análise e a visão mais abrangente² que incorporava à agenda de segurança tanto o setor militar quanto o político, o econômico, o societal e o ambiental (BUZAN, 1991), conseqüentemente englobando outros níveis de análise para além do Estado e das ameaças externas, o que é amplamente discutido na formulação de Segurança para a Escola de Copenhague.

A Escola de Copenhague assume o caráter abrangente, estabelecida nos anos 80 e discutida amplamente dentro da Europa, pode ser útil para nossa análise no que concerne ao conceito de securitização. O conceito de securitização, de Ole Waever estabelece um processo que provém da retórica de agentes interessados em tornar algo objeto de segurança, os denominados atores securitizadores, e de um reconhecimento significativo da sociedade, o que define que as “[...] questões de segurança são construídas pelas práticas sociais.” (TANNO, 2003, p. 57). A Segurança assume assim mais claramente a necessidade de existência de ameaça, o caráter de urgência e “[...] a legitimate claim to survival.” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 36), assim sendo “A securitização se refere, mais precisamente, ao

¹ Todo aquele originado das ideologias socialistas ou comunistas. No pós II Guerra Mundial o comunismo passou a vigorar como o maior inimigo dos EUA e do Ocidente.

² Do inglês wider.

processo de apresentar uma questão em termos de segurança.” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 323) e o caráter de ameaça e urgência é o que objetiva e limita o processo de securitização e a excessiva ampliação de segurança. Dessa maneira, podemos reforçar as bases para integrar novos setores à agenda de segurança. Muito resumidamente, para manter a objetividade e respeitar o espaço do referido trabalho, os cinco setores podem ser definidos como:

[...] the military security concerns the two-level interplay of the armed offensive and defensive capabilities of states, and states' perceptions of each other's intentions. Political security concerns the organizational stability of states, systems of government and the ideologies that give them legitimacy. Economic security concerns access to the resources, finance and markets necessary to sustain acceptable levels of welfare and state power. Societal security concerns the sustainability, within acceptable conditions for evolution, of traditional patterns of language, culture and religious and national identity and custom. Environmental security concerns the maintenance of the local and the planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend. (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 8).

Além também da Segurança Humana, onde a preocupação passa do Estado para as pessoas e na qual a erradicação da pobreza e do subdesenvolvimento, o direito a educação, a saúde e ao bem estar precisam ser assegurados e onde o crescimento populacional, a desigualdade econômica e social, a migração, o tráfico e o terrorismo resultam na ampliação das ameaças. (BUZAN; HANSEN, 2012).

É importante elucidar também que todos os setores de segurança podem ser analisados separadamente, porém são “[...] inseparable parts of complex wholes.” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 8). Assim sendo Segurança Energética está intrinsecamente relacionada aos setores de segurança já mencionados, como veremos a seguir.

2.1 SEGURANÇA ENERGÉTICA

O assunto Segurança Energética vem sendo cada vez mais incorporado nos trabalhos acadêmicos, na agenda internacional e nas políticas governamentais e regionais. A escassez do recurso, as guerras pelo recurso, a degradação do meio ambiente e a necessidade de viabilizar matrizes energéticas alternativas são os assuntos que trazem a Segurança Energética para a agenda de Segurança.

A Segurança energética está intimamente ligada com o crescimento econômico de um país e pode ser entendida também sob a visão realista, ao qual assegurar esses recursos se dá com a demonstração de força estatal seja ela ativa ou apenas potencial. Também influencia conflitos em todas as partes e o controle desses recursos pode significar a emancipação política e econômica de um país interferindo na qualidade de vida e na identidade³ de um povo.

Tem-se como definição de Segurança Energética a estratégia político-econômico nacional de assegurar o acesso às fontes de energia, com o escopo de manter o abastecimento constante e ininterrupto de energia ao consumo doméstico, a preços razoáveis, por meio de acordos e investimentos interestatais e/ou interempresariais, em ambiente comercial cordial, sem olvidar a questão ambiental, como maneira de reafirmação da Soberania nacional. (BORGES, 2013, p. 38).

Nota-se, como já foi mencionado, que a Segurança Energética está intrinsecamente relacionada com os outros setores de Segurança e exerce influência direta ou indireta sobre todos eles. A Segurança Econômica é o setor que está mais diretamente vinculado à Segurança Energética, pois a base econômica, a produção industrial, o transporte e as atividades comerciais dependem diretamente de energia para funcionarem, que por sua vez, colocam os Estados que não são autossuficientes em situação de dependência e as regiões com grandes reservas de energia baseadas em combustíveis fósseis em situação de risco devido a suscetibilidade à ingerência externa. Desse modo:

Energy security exist when there are energy sources large enough to meet the needs of the political community (the energy demands), which include all military, economic and societal activity. Those sources must be able to deliver such quantities of energy in a reliable and stable manner, and for the foreseeable future. As soon as these conditions are not met, there exist a problem of energy (in)security. (RAPHAEL; STOKES, 2010, p. 379).

Assim sendo, o problema da Segurança Energética é a crescente demanda por energia, principalmente pelo consumo dos industrializados Estados do Norte como os da América do Norte, da Europa, a Austrália e da Ásia Oriental, a rápida industrialização desses países e dos emergentes que conduzem suas economias ao consumo cada vez maior e a dependência dos recursos energéticos fósseis provenientes das regiões ricas em energia (RAPHAEL; STOKES, 2010.). *A resource*

³ Nacionalidade é um título conferido pelo Estado à pessoa que nasceu naquele lugar, ao passo que identidade é uma ligação emocional com o Estado, o que te faz sentir nacional de um país.

race como é definida por Klare (2008 apud RAPHAEL; STOKES, 2010, p. 383) conduz a embates entre as maiores potências e instabilidades em regiões abundantes. Essas regiões abundantes, muitas vezes onde a corrupção de governos ditatoriais em cima das riquezas geradas por meio dos recursos energéticos e onde a freqüente exploração estrangeira e a desigualdade são grandes, a reduzida legitimidade política abre espaço, a contínua ingerência externa que por fim conduzem a extensivos abusos de direitos humanos. Além disso, muitas comunidades vivem em situação de escassez energética inclusive em regiões que são abundantes em recursos, o que interfere na qualidade de vida, na saúde, na educação na infraestrutura e no transporte. Com essa relação, a energia é encarada como um direito fundamental de todos os seres humanos. Como afirma Pereira (2006 apud BORGES, 2012, p.46):

Devido a sua natureza, o direito à energia situa-se no âmbito do direito ao desenvolvimento, visto este como um direito da paz e da segurança internacionais, fundamental à edificação de um novo Humanismo, que garanta o respeito a uma vida digna para todos os seres humanos.

Assim também como expõe Rosado (2003 apud BORGES, p. 30): “O direito dos povos à autodeterminação e a Soberania permanente sobre seus recursos naturais é um dos fundamentos do novo Direito Internacional.” Assim como estabelece a Declaração sobre a Soberania Permanente em Relação aos Recursos Naturais adotada na Assembléia Geral com resolução 1.803, de 14.10.62.

Então para Borges (2012), o desafio atual de Segurança Energética - que está centrada no abastecimento de combustíveis fósseis, na interdependência ou dependência, na competição pelo controle dos recursos e nos conflitos gerados por essa competição - é assegurar o desenvolvimento sustentável e a convivência pacífica entre diferentes povos protegendo os recursos naturais para futuras gerações por meio de ações eficazes que preservem o meio ambiente.

2.2 GEOPOLÍTICA DA ENERGIA

As fontes energéticas são aquelas baseadas em combustíveis fósseis como o petróleo, o gás natural e o carvão e as fontes energéticas renováveis como a hidráulica, a nuclear e as ainda em desenvolvimento, como as fontes eólica, solar, do hidrogênio, biomassa, geotérmica e marítima. As fontes fósseis, contudo são as

mais utilizadas tendo o petróleo como principal suprimento energético mundial, devido à facilidade e o baixo custo de transporte, também ao alto lucro e a versatilidade do produto, o que significa “[...] ter variados empregos e ser transformado em uma grande quantidade de subprodutos por meio do processo de refino [...]” (BORGES, 2012, p. 51). Logo em seguida, graças à posição geográfica das reservas de gás natural que se encontram próxima às reservas de petróleo e com a possibilidade de aproveitamento de toda infraestrutura petrolífera e os altos lucros, o gás natural vem como alternativa mais viável para a substituição do petróleo, à medida que as reservas de petróleo pelo mundo decrescem. A procura pelo gás natural como substituto do petróleo é crescente também devido aos impactos ambientais menos agressivos e “[...] transformou-se na principal arma do Ocidente contra os choques petrolíferos ditados pelos principais produtores e exportadores do petróleo do Oriente Médio” (SANTOS, 2015, p. 47). Seu transporte e armazenamento, porém é mais caro que outros combustíveis fósseis, mas seu preço é “[...] competitivo e adequado para o uso doméstico, industrial e para geração elétrica” (SANTOS, 2015, p. 47). Com esta base é que a geopolítica energética se solidifica.

O grande embate é a luta pelo controle de áreas produtoras de petróleo e gás natural. Na América Latina, os maiores produtores de petróleo são a Venezuela, o Brasil e o México, que contam com empresas estatais no caso do primeiro e empresas estatais mistas⁴, no caso dos dois últimos. No Canadá e na Austrália os recursos são explorados por estrangeiros, empresas subsidiárias principalmente norte-americanas (GOLD; CONANT, 1981). Na Eurásia, a Rússia é a maior produtora de petróleo e gás, mas toda região contém enormes reservas, como a Região do Mar Cáspio com as reservas provenientes de Baku e seu oleoduto construído pela empresa Baku-Tbilisi-Ceyhan destinados a desviar da Rússia e do Irã, através do Azerbaijão, da Geórgia e da Turquia em direção ao Mediterrâneo, o transporte do petróleo do Campo de Azeri-Chirag-Geneshli. Na Ásia Central e Cáucaso se encontra os países com enormes reservas naturais como o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão. No Oriente Médio (OM), onde se encontram as maiores reservas de petróleo do mundo,

⁴ Uma empresa estatal pertence e é controlada pelo Estado podendo também deter parcialmente o capital social, essas empresas são chamadas mistas pelo fato de possuir ações ou quotas nas “mãos” do Estado, mas também de acionistas.

os países produtores são Irã, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes⁵, Catar, Bahrein, Líbia, o Chipre com reservas de gás natural descobertas recentemente, a Arábia Saudita e os Estados teocráticos árabes do Golfo Pérsico, criaturas do colonialismo britânico e “[...] os microestados grandes produtores de petróleo e compradores de armas, sempre tiveram uma política de cooperação com os Estados Unidos [...]” (BANDEIRA, 2013, p. 25). O Paquistão e Afeganistão também servem como rota de petróleo para projetos como da Union Oil Company of California (UNOCAL) para construção de dutos a partir do Uzbequistão e Turcomenistão (BANDEIRA, 2013).

Na África se encontra Somália com grandes reservas de gás natural e petróleo, (BANDEIRA, 2013), a Argélia, Egito, Líbia e Nigéria. A Angola, Chade, Congo, Egito, Gabão, Guiné-Equatorial, Sudão, Sudão do Sul e Tunísia são os principais produtores de petróleo no continente africano (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2013).

Nos EUA em 2009, a produção de gás natural chegou a 20,1% da produção em níveis mundiais, sendo pela primeira vez o maior produtor mundial destronando a Rússia nesse quesito, porém os EUA consomem mais gás do que produzem (SANTOS, 2015) ainda dependendo do abastecimento externo de energia, contudo, as recentes descobertas de Xisto diminuem a dependência estrangeira com relação aos recursos energéticos mas, não diminuem a importância geoestratégica dos recursos energéticos para esse país.

As primeiras descobertas energéticas, segundo Conant e Gold (1981), foram no sul da Rússia e no Oriente Médio (OM), onde a grande quantidade de petróleo veio para substituir o carvão, como principal fonte de energia e muito rapidamente se tornou o principal recurso energético mundial. Assegurar seu fornecimento se tornou de vital importância, porém as vantagens geoestratégicas e econômicas que o controle dos recursos energéticos traria para as superpotências rivais, foi percebida, antes mesmo da II Guerra Mundial, como maior do que a própria necessidade do recurso. Este fator incentiva a presença das potências ocidentais no OM⁶ através da intervenção direta ou, com a crescente inviabilidade do uso da força, por meio do

⁵ Emirados Árabes Unidos são uma reunião de sete emirados: Abu Dhabi, Dubai Sharjah, Ajman, Umm, al-Quawin, Ras al-Quawin e Fujairah, todos possuem baixo contingente populacional e regime político estável e uma situação confortável de distribuição das riquezas geradas entre a população.

⁶ É importante ressaltar que a presença das potências europeias no OM não diminui a importância do petróleo na Eurásia e nas Américas, porém pela própria dimensão geográfica e devido ao controle soviético sob grande parte da Eurásia, o OM era o caminho mais viável e em evidência).

sistema neocolonial de concessões à exploração de petróleo para as empresas ocidentais nestes países (CONANT; GOLD, 1981).

A importância do petróleo foi percebida também pelos países produtores, a estatização veio para substituir o caráter neocolonial das grandes companhias ocidentais de maioria inglesa e norte-americana no contexto da Guerra Fria e em 1960 foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para ter um maior controle da produção e dos preços do petróleo restringindo a influência das *sete irmãs*⁷. Ainda no âmbito da Guerra Fria, os objetivos da expansão soviética e norte-americana se confundem, a ideologia e o equilíbrio de poder caracterizam as ações das duas superpotências, porém o controle de regiões ricas em petróleo acrescenta novas dimensões aos interesses expansionistas norte-americanos e soviéticos. A invasão soviética no Afeganistão pela Rússia e o envolvimento norte-americano na derrubada do governo nacionalista de Mossadegh são exemplos emblemáticos do constante interesse por petróleo na região. As crises decorrentes dos dois choques de petróleo na década de 70 e em consequência a criação da Agência Internacional de Energia (AIE) demonstram a fragilidade e a crescente preocupação acerca da Segurança Energética.

A análise de Moniz Bandeira na obra *A Segunda Guerra Fria*, oferece ainda maior dimensão à geopolítica energética, atribuindo aos EUA, com suas ações imperialistas de intervenção direta ou indiretamente, o papel de maior responsável pela instabilidade em diversas partes do mundo, e caracterizando a Eurásia e seu *Heartland* e *Rimland*⁸ como “*pivot área*”⁹ do equilíbrio global, devido a sua própria posição geoestratégica e as suas enormes fontes de energia. Historicamente essa região sempre foi alvo de disputas, conformada pelas rotas de deslocamento de

⁷ Eram as maiores companhias de petróleo transnacionais, que dominavam o mercado internacional petrolífero até 1960. 1- Royal Dutch Shell, atualmente: Shell. 2- Anglo-Persian Oil Company (APOC), atualmente: British Petroleum Amoco(BP) 3- Standard Oil of New Jersey (Esso). Exxon, que se fundiu com a Mobil, atualmente, ExxonMobil. 4- Standard Oil of New York (Socony), posteriormente, Mobil, que fundiu-se com a Exxon, formando a ExxonMobil. 5- Texaco mais tarde fundiu-se com a Chevron, formando a ChevronTexaco de 2001 até 2005, quando o nome da companhia voltou a ser apenas Texaco. 6- Standard Oil of California (Socal). Posteriormente formou a Chevron, que incorporou a Gulf Oil e posteriormente se fundiu com a Texaco. 7-Gulf Oil. Absorvida pela Chevron, posteriormente ChevronTexaco.

⁸ O Heartland é o coração da Eurásia, situada fundamentalmente entre a Ásia Central e o Mar Cáspio, abrange o Cazaquistão, Armênia, Azerbaijão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Sibéria Ocidental e a parte setentrional do Paquistão e é circundado por Afeganistão, Rússia, China, Índia e Irã. Já o Rimland é a faixa costeira ao redor da Eurásia, compreende a Escandinávia, a Europa Ocidental, a Europa Central, Turquia, OM, subcontinente indiano, sudeste e extremo da Ásia, da Eurásia Oriental à Eurásia Ocidental.

⁹ A pivot área é designada ao se referir ao Heartland, nomeada assim por ser historicamente uma região envolvida em conflitos.

diversos povos desde os tempos mais remotos entre a Ásia e a Europa e “somente permaneceu relativamente tranquila durante o período que esteve integrada na União Soviética” (BANDEIRA, 2013, p. 31). Ainda na Guerra Fria, segundo Bandeira (2013), a percepção de que na Eurásia estavam $\frac{3}{4}$ das fontes de energia conhecidas no mundo e juntamente com seu Rimland, formava a maior parte de petróleo do mundo. Isso induziu os EUA a insuflar o fundamentalismo islâmico contra a ortodoxia russa financiando os radicais. O terrorismo entrou para a agenda norte-americana em 1979, como justificativa dos enormes gastos orçamentários direcionados ao complexo-industrial militar e as instalações de bases militares e tropas em diversas regiões do mundo, porém foi em conjunto com os serviços de inteligência do Paquistão e da Arábia Saudita que o terrorismo foi institucionalizado em larga escala “com o estabelecimento de campos de treinamento no Afeganistão, a fim de combater as tropas da União Soviética, fornecendo aos mujahidin¹⁰ toda sorte de recursos e sofisticados petrechos bélicos” (BANDEIRA, 2013, p. 37) contando também com a colaboração do serviço secreto da Grã-Bretanha (MI6).

Ao longo da Guerra Fria, as políticas de subversão foram ganhando cada vez mais corpo e volumosos recursos orçamentários, financiando organizações governamentais e não governamentais para promoção de mudança de regimes. A própria Central Intelligence Agency (CIA) financiava insurgências, levantes e conflitos entre grupos étnicos como curdos e xiitas, além da infiltração de forças especiais e fornecimento de armas. Em 1990 a fabricação de guerras chegou ao nível mais alto da institucionalização com a privatização e a terceirização dos serviços militares. No final da Guerra Fria, portanto, não importava que o comunismo não oferecesse mais ameaças, o fundamentalismo islâmico e o terrorismo, que haviam se alastrado vieram para substituir o perigo vermelho e dar continuidade a necessidade de apoiar a democracia, os direitos humanos e os povos livres ao redor do globo. Em nome da defesa humanitária e da contenção do terrorismo, os EUA passaram a praticar não apenas intervenção encoberta, mas também a intervenção militar direta, como a Guerra do Golfo, combinado as políticas de intervenção encobertas e de intervenção militar direta, e na invasão do Afeganistão que contou

¹⁰ No Islamismo mujahid é o que pratica Jihad - a luta ou guerra contra quem ou o que ameace a comunidade islâmica ou o esforço interior do muçumano para disciplinar e melhorar a si próprio e ajudar a comunidade muçumana - é aquele morre no campo de batalha durante o combate e pode entrar imediatamente no paraíso.

com a participação também, da Alemanha e Grã-Bretanha, na invasão do Iraque e do Kosovo. (BANDEIRA, 2013).

Com o desmoronamento da URSS, que perdera o domínio sobre os Estados do Leste-Europeu do Báltico e da Ásia Central, abriu-se um vácuo político de poder na Eurásia que os EUA juntamente com os países membros da UE trataram logo de preencher. Por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou da NATO-Partnership for Peace¹¹ incorporaram Estados da ex URSS ou que estavam sob seu domínio como Estônia, Lituânia e Letônia e Geórgia e Ucrânia expandindo a OTAN até as fronteiras russas e atuando através dela como árbitro político com autoridade para intervenção em regimes como na questão do Kosovo. Mas também, impulsionando a ideologia democrática liberal de mercado nos novos países independentes nos Bálcãs ao Cáucaso e a Ásia Central penetrando no Heartland da Eurásia sob os países do Mar Cáspio ao qual facilitava a exploração de imensas reservas de gás natural e petróleo e a construção de dutos na região do Cáucaso angariando contratos de exploração para a Chevron, ConocoPhillips, Halliburton, British Petroleum e BG Group e assegurava as rotas de transporte. Passaram também a aprimorar a intervenção encoberta por meio da ampla manipulação da mídia e financiando organizações de ativistas para a mobilização popular contra governos *Soviet-staly* e promoção de governos a favor da integração euro-atlântica e das políticas de mercado livre, como nas Revoluções Coloridas e instalar bases militares e antimísseis na região do Mar Cáspio e Ásia Central, todas estratégias com o objetivo de controle de recursos naturais e construção de rotas de transporte.

As ações imperialistas norte-americanas desagradaram profundamente a Rússia. Na Era Putin com sua recuperação econômica e sua proeminente força militar herdada da URSS, a Rússia volta a participar do jogo de poder internacional. Tomando um caráter mais nacionalista, tanto nas decisões de Putin de estatizar setores estratégicos da economia, quanto recuperando a identidade russa e de sua população, como salientam Bendor e Cameron (2004 apud SANTOS, 2015, p. 64) em “10 anos ocorreram na Rússia mais transformações profundas e reformas fundamentais do que na Europa Ocidental nos últimos 100 anos.” De fato o controle do Parlamento empenhado por Putin permitiu efetuar uma profunda reforma fiscal e

¹¹ É um programa da OTAN, lançado em 1994 que objetiva a criação de um relacionamento confiável entre a OTAN e outros países da Europa e da antiga União Soviética, prevendo acordos de cooperação bilateral entre a organização e esses países.

uma revisão completa do sistema de beneficiários sociais dos tempos soviéticos. Putin também foi responsável pela redução da pobreza de 42 para 16 milhões e redução do desemprego de 10% para 7%, assim como a inflação que em 2007 chegou a 10% e os juros se estabilizaram em 10,25% em face dos 85% de inflação e 55% de taxa de juros que precederam o governo de Boris Ieltsin. O Produto Interno Bruto (PIB) por fim chegou ao ritmo de crescimento de 7% ao ano. Ainda como justifica Almeida (2007 apud SANTOS, 2015), a Rússia lucrou muito com o aumento dos preços do petróleo e do gás natural.

O novo embate surgido entre West-East, com o reaparecimento de uma Rússia forte e com propensões antiocidentais, é caracterizado por autores como Bandeira, como a Segunda Guerra Fria ou a Guerra Fria do século XXI. A intervenção russa na Geórgia para assegurar a autonomia da Ossétia do Sul e da Abecásia e conseqüentemente a destruição de bases militares americanas e os mais recentes conflitos na Ucrânia com a anexação da Criméia pela Rússia, as instabilidades na Eurásia, no OM e no Norte da África que inviabilizam a construção de novos dutos como alternativa ao abastecimento Russo e novas ameaças como o terrorismo, as sanções do Ocidente contra Rússia e sua retaliação, o acordo entre Rússia e China de venda de gás natural e o constante risco de corte do abastecimento de gás natural proveniente da Rússia ao qual a Europa é ainda dependente demonstram a fragilidade constante da segurança energética - em especial para Europa, objeto de nosso estudo - e sua natureza na formação de conflitos em todo o mundo.

2.3 SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE) é a segunda economia mundial e o bloco regional com os níveis mais altos de institucionalização e integração, obtendo um grande número de políticas públicas podendo estas terem diferentes graus de regulamentação, dependendo da vontade ou da percepção da necessidade pelos países integrantes em transferir sua soberania ao âmbito supranacional.

Ao que concerne a Segurança Energética, apesar de não possuir uma política comum de abastecimento, a UE já demonstrava um preocupação, mesmo que econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA) e posteriormente com o Tratado Euratom

sobre Energia Atômica (Euratom). Em 2003, o abastecimento energético foi assumido, mesmo que modestamente, pela Comissão Europeia (CE) no documento *European Security Strategy*, como um dos riscos à segurança europeia, juntamente com o terrorismo global, os estados falhos, a violência religiosa dos grupos extremistas e os conflitos regionais na vizinhança da Europa.

Com o decorrer dos anos, o aumento europeu e mundial de consumo energético e o aumento dos preços do petróleo e do gás natural, trouxeram a Segurança Energética, como destaca Silva (2007, p. 33) para o “centro da agenda de segurança europeia a par com o terrorismo e a ameaça climática”. A dependência energética estrangeira é a cerne do problema, a Europa possui poucas reservas energéticas, porém consome 1/5 da energia produzida no mundo, com um orçamento anual superior a 350 mil milhões de euros destinados a importação de petróleo e gás natural. O abastecimento de petróleo da UE provém dos países da OPEP e da Rússia e o gás natural da Argélia, Noruega e Rússia, sendo sua produção energética – o chamado cabaz energético – bastante diversificada, como as barragens na Áustria, as minas de carvão na Polónia, as centrais nucleares na França e também explorações de petróleo no mar do Norte e os campos de gás natural na Dinamarca e nos Países Baixos (COMISSÃO EUROPEIA, 2015). Com maior exatidão a produção de gás natural dentro da UE correspondeu a 5,7% em 2010 sendo as maiores produções na Holanda (2,1% de quota mundial), Reino Unido (2%), Alemanha (0,4%), Romênia (0,4%), Dinamarca (0,3%), Itália (0,2%) e Polónia (0,1) e as reservas de petróleo em proporção mundial é ainda mais modesta sendo 0,5% onde se encontram no Reino Unido, na Dinamarca, na Itália, e na Romênia. Na Noruega ainda se encontram 0,5% das reservas mundiais de petróleo e 3,5% da produção mundial de gás natural ao qual ajudam no abastecimento europeu (BRITISH PETROLEUM, 2010 apud SANTOS, 2015). Ao total, a produção primária de energia da UE é: 28,7% de energia nuclear, 22,3% de energias renováveis, 20,9% de combustíveis sólidos (carvão), 16,8% de gás natural e 8,9% de petróleo e depende de mais de 50% da importação de energia que consome. (EUROSTAT, 2012).

2.3.1 A Importância russa no abastecimento europeu

Segurança Energética da UE, segundo Santos (2015, p. 30),

[...] envolve a segurança do abastecimento e da procura, a confiança nas disposições contratuais, a segurança física de instalações e do pessoal, a inter-relação entre políticas energéticas nacionais e supranacionais, assim como a qualidade das relações com a Rússia. (SANTOS, 2015, p. 30).

A Rússia pela sua própria conformação geográfica é o principal fornecedor de combustíveis fósseis para a UE, até 2009 foi o maior produtor de petróleo e gás natural do mundo. Em 2012, das importações da UE, cerca de 33,7% de petróleo bruto, 29,5% de gás natural e 25,9% de combustíveis sólidos vieram da Rússia (EUROSTAT, 2012), sendo as principais companhias responsáveis por esse abastecimento e transporte, estatais e pertencentes à Rússia, assim como a Gazprom que domina aproximadamente 90% da produção de gás e detêm o monopólio dos gasodutos e a Transneft com o maior sistema de oleoduto do mundo, conhecido como Druzhba, que serve toda a Europa Oriental e Central, além de se estender em três ramais, para Norte, para o porto Báltico de exportação de Ventspils, para o Sul, para a Hungria, Eslováquia e República Checa e para o Ocidente, para a Alemanha e Polónia e ainda inclui o Sistema de Oleodutos do Báltico, do Norte-Oeste, do Tengiz-Novorossiisk e do Baku-Novorossiisk. Quanto aos gasodutos, são eles, o Yamal-Europa I, o Northern Lights, Soyuz e Bratrstvo que transportam o gás russo para a Europa Ocidental e Oriental através da Ucrânia e/ou Bielorrússia e os gasodutos Blue Stream, North Caucasus e Mozdok-Gazi-Magomed que ligam a Rússia à Turquia e as antigas repúblicas da URSS a leste. (SANTOS, 2015). Devido a isso é importante salientar como os países de transporte de energia, como os Estados do Báltico, a Bielorrússia, a Ucrânia e a Polónia exercem um papel fundamental no jogo de dependência ou interdependência energético da UE.

Nesse sentido, como destaca Borges (2015) “o grande movimento europeu é no sentido de forçar a privatização das empresas de energia nacionais dos Bálcãs” e assim como já foi exposto, agir através da OTAN ou do NATO-Partnership for Peace encabeçada pelos EUA na incorporação de Estados na região dos Bálcãs e do Mar Cáspio, assim como a adesão à União Europeia de países do leste europeu que faziam parte da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Com a presidência de Vladimir Putin, foram nacionalizadas empresas de petróleo e gás, que se enquadraram como poderosa “arma” de poder russo principalmente contra o Ocidente. Com a Rússia fortalecida Vladimir Putin passa a denunciar a expansão da OTAN sob suas fronteiras, para ele, “o Ocidente tinha,

unilateral e injustamente, explorado o período conturbado por que os herdeiros da antiga União Soviética haviam passado recentemente;” (STUERMER, 2008, p. 24) o que não será mais tolerável. Destacam-se as crises entre Rússia e Ucrânia, com a constante possibilidade de corte no abastecimento e mais recente a crise desencadeada da tentativa de integrar a Ucrânia à União e a OTAN. Tentativa está frustrada devido à intervenção russa tanto política, econômica e militar e a anexação da Criméia com a retórica de que:

Crimea is historically Russian land and Sevastopol is a Russian city. [e] Millions of Russians and Russian-speaking people live in Ukraine and will continue to do so. Russia will always defend their interests using political, diplomatic and legal means (PUTIN, 2014).

A partir desse conflito, o presidente Vladimir Putin passou a denunciar a deposição do presidente Viktor Yanukovich como um golpe anticonstitucional, assumindo um maior caráter antiocidental e fortalecendo relações com os BRICS como forma de fugir de uma dependência ao ocidente, o que ficou claro com a criação do banco do BRICS e estabelecendo relações com maior abrangência comercial entre o bloco, as sanções do ocidente contra a Rússia aceleraram não só um aumento das relações com os BRICS, mas também mais especificamente à exemplo, uma proibição na importação de produtos agrícolas e alimentos da UE e dos EUA sendo substituídos pelas importações do Brasil.

O fortalecimento russo se tornou grande obstáculo para a preponderância ocidental na Ásia Central e abastecimento advindo da Rússia tomou ainda maior proporção com o aumento dos conflitos no OM, que dificultam ou inviabilizam a diversificação de parceiros para suprir o abastecimento europeu. Também, segundo Santos (2015), sendo as centrais de energia nuclear entendidas como forma de diversificação na UE, o perigo de acidentes nucleares com evidência ao ocorrido no Japão em 2011 - sendo o segundo maior acidente de energia atômica - e a necessidade muito bem encarada pela UE de tomar medidas que não prejudiquem o meio ambiente, aumentam ainda mais a importância do gás russo, por ser um combustível energético sem grandes riscos a acidentes e com menor impacto ao ambiental realçam ainda mais a relevância do gás russo. Por outro lado, a economia russa é excessivamente dependente da produção e exportação dos recursos naturais, a exemplo, a crise econômica mundial de 2008 que levou a uma queda nos preços e na procura de petróleo e gás natural devido a desaceleração industrial teve

grandes consequências sob a sua economia, que teve em 2009 uma contração de 8% do seu Produto Interno Bruto (PIB), porém a Rússia volta em 2011 a ser o principal mercado de energia mundial se beneficiando ainda, do conflito da Líbia e do tsunami no Japão. Também, o acordo histórico selado em 2014 entre a Rússia e a China de U\$400 bilhões para o suprimento de gás natural à China garantindo ao maior consumidor de energia do mundo, uma fonte mais limpa de combustível. Esse acordo põe em evidencia novamente a dependência, muito mais que interdependência da UE com relação à Rússia. Existem por exemplo países que dependem exclusivamente do abastecimento russo, são eles: Finlândia, Eslováquia, Bulgária, Lituânia, Estônia e Letônia (EUROPEAN COMMISSION, 2014). Entretanto, apesar de a Rússia ser um elemento essencial para a Segurança Energética da UE¹² ao qual como ficou concluído pelo Conselho Europeu em Fevereiro de 2011, a necessidade de estabelecer o mais cedo possível “uma parceria com a Rússia baseada na confiança mútua, transparência e em regras, em áreas de interesse mútuo no sector de energia e no contexto das negociações do pós- APC¹³” (SANTOS, 2015, p. 26), muito se fala não apenas da diversificação de parceiros energéticos, mas da diversificação das fontes energéticas, inclusive estruturadas sob fontes limpas podendo a UE constituir uma política forte e independente no âmbito da Segurança Energética ao qual analisaremos nos próximos capítulos.

¹² A definição de Segurança energética pela Comissão Europeia, não é muito diferente do que já foi aqui definida: a Segurança Energética objetiva “[...] assegurar a disponibilidade física ininterrupta de produtos e serviços energéticos no mercado, a um preço comportável para os consumidores privados e industriais, contribuindo simultaneamente para os objetivos mais vastos da UE no domínio social e do clima”.

¹³ Acordo de Parceria e Cooperação.

3 A ENERGIA NA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DA UE

Sabemos que o sistema político europeu envolve muitas instituições e múltiplos níveis de regulamentação. Desde o mais alto como a nível europeu, onde os países cedem sua autonomia às instituições supranacionais europeias ao nível nacional, onde os países não veem necessidade ou não estão dispostos a ceder em determinadas políticas.

As políticas acerca da segurança energética europeia não fogem do que é o objetivo maior da União, ou seja, a integração e criação de políticas públicas comunitárias para diferentes e importantes assuntos. A integração europeia já vem criando uma série de instituições supragovernamentais com significativa autoridade e já possui políticas próprias com maior ou menor nível de regulamentação em diferentes áreas. Porém, as políticas públicas da UE envolvem tanto maior ou menor nível de regulamentação, as chamadas políticas de integração positiva como também promove a desregulamentação, as chamadas políticas de integração negativa que “involve the removal of barriers to international trade and competition” (HIX, 2005, p. 239), aplicadas em suma ao mercado único europeu e forçando os Estados-membros a reduzir sua intervenção na economia.

Hoje se discute muito no âmbito da UE, a formação de um mercado único de energia. Percebe-se, a crescente preocupação e importância dada ao setor. A questão energética vem evoluindo e sendo incorporada cada vez mais na agenda da União e nas políticas dos estados membros, ao qual envolvem tanto políticas de integração positivas quanto negativas. Ao longo deste capítulo analisaremos as políticas estratégicas da UE direcionadas a criação de um mercado comum de energia, ao quadro relacional da UE com os países vizinhos e as políticas energéticas atreladas ao meio ambiente.

3.1 POLÍTICA ENERGÉTICA DA UE

A primeira política comunitária dos países da EU - antes mesmo de que essa fosse formada nos seus devidos moldes e que culminou na formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), que mais tarde se tornaria a União Europeia - foi sobre a reconstrução da Europa devido à devastação da Segunda Guerra Mundial no continente. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que

iniciou suas funções em julho de 1952, como já mencionadas, continha uma nuance energética, devidamente necessária para a reconstrução econômica do continente.

Em 1957 foram assinados os famosos Tratados de Roma que por fim constituíram a CEE com o objetivo da criação de um mercado comum generalizado e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEA ou Euratom) com o objetivo - e a necessidade já percebida nos anos 50 - de lutar contra a carência energética, buscando, pois, os seis Estados fundadores (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) com a energia nuclear, um meio para alcançar a independência energética. Como os custos de investimento nessa energia eram muito altos para que se seguissem como Estados isolados, os fundadores já identificaram a necessidade e não menos importante, a praticidade da união para se alcançar a um objetivo em comum.

Em termos gerais, o Tratado Euratom tinha por objectivo contribuir para a criação e o crescimento da indústria nuclear europeia, a fim de que todos os Estados-Membros pudessem beneficiar do desenvolvimento da energia atômica, e garantir a segurança do aprovisionamento. Paralelamente, o Tratado proporcionou um elevado nível de segurança às populações e impediu o desvio, para fins militares, dos materiais nucleares utilizados sobretudo para fins civis. Importa salientar que a Euratom só tem competência no domínio da energia nuclear para fins civis e pacíficos. (EUROPEAN UNION LAW, 2007).

O tratado Euratom não teve grandes alterações até os dias de hoje e pode ser avaliado como largamente positivo, porém podemos classifica-lo apenas como uma das bases relativas à percepção da importância energética. Como pode-se notar, a energia nuclear não é suficiente e nenhuma medida até hoje foi capaz de propiciar uma autonomia energética à UE.

As bases jurídicas para as políticas energéticas da UE estão centradas no artigo 194º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) que prevê a segurança do fornecimento de energia, do funcionamento do mercado de energia, do aprisionamento e da eficiência energética, do desenvolvimento de energias renováveis e da promoção de interconexões das redes de energia. Assim como os artigos 170º ao 172º sobre as redes de energia, o artigo 114º sobre o mercado interno da energia, e os artigos 216º ao 218º sobre a política energética externa da UE todos do TFUE.

A percepção acerca da segurança do abastecimento vem crescendo, porém a ausência de uma política eficaz comum nesse quesito ainda é uma fraqueza da

União. Mesmo que desde a década de 90, o Conselho de Ministros já venha adotando Diretivas relativas ao mercado interno de eletricidade e gás natural, a União ainda não superou a centralidade do mercado de energia em âmbito nacional.

3.1.1 Diretivas para o setor energético comunitário

Diretivas são medidas emitidas pela Comissão, aprovadas pelo Parlamento Europeu e o Conselho, que tem a função de legislar fixando objetivos gerais aos países da União. A natureza da diretiva faculta a liberdade de meios para execução de medidas necessárias para se atingir os objetivos, respeitando o princípio da subsidiariedade¹⁴. As diretivas visam alcançar os objetivos acordados, porém fica a encargo de cada país a maneira de implementação, por assegurar o respeito às diferenças de cada país, o que exige certa flexibilidade, ou seja, ao que se refere ao princípio da progressividade ou do gradualismo referente na doutrina comunitária.

As diretivas referentes ao setor elétrico e ao gás natural foram as primeiras medidas tomadas pela UE conscientemente em direção a criação de um mercado único que abrangesse a energia. Tiveram como ponto de partida o Documento de Trabalho sobre o Mercado Interno da Energia de 1988 e a promulgação do Livro Verde intitulado Mercado Interno de Energia, que dizia respeito às preocupações com o custo da importação de energia que era equivalente a 0.5% do PIB da Comunidade e aos monopólios no fornecimento de gás e eletricidade que impediam a construção de um mercado energético integrado (ROCCO, 2015). Em 1993 o Comitê Econômico e Social (CESE) da União emitiu um parecer visando à adoção de uma primeira diretiva do setor elétrico comunitário, referindo-se à proteção ao consumidor, onde previa-se assegurar os melhores preços, o melhor acesso, a maior segurança e a livre escolha de comercializadores de energia, frisando a necessidade da promoção da concorrência no mercado e o fim dos monopólios. O CESE também define que o mercado interno de eletricidade não consiste em apenas intensificar a concorrência em si, mas sim esta com o fim de criar condições

¹⁴ Encontra-se previsto no artigo 5º do Tratado de Funcionamento da UE. A definição no *Acess to European Union law* diz: “o princípio da subsidiariedade visa determinar o nível de intervenção mais pertinente nos domínios de competências partilhadas entre a UE e os países da UE. Pode ser uma ação a nível europeu, nacional ou local. Em todo o caso, a UE só pode intervir se estiver em condições de agir de forma mais eficaz do que os países da UE nos seus respetivos níveis nacional ou local.

para que os custos de energia sejam semelhantes e justos em todas as regiões da União prevendo a segurança e a qualidade do fornecimento (GUEDES, 2012).

Respeitando à diversidade dos modelos de mercado adotado por cada Estado-membro e prevendo as condições de livre-concorrência, fazia-se necessária a regulamentação desses mercados internos para a energia com base em um processo de integração gradativo. O primeiro pacote de diretivas para o referente assunto foi adotado em 1996 e 1998 referente à Diretiva 96/92/CE, que estabelece regras comuns para o mercado interno da eletricidade e a Diretiva 98/30/CE, relativa a regras comuns para o mercado do gás natural. Desse modo, o “Parlamento Europeu e Conselho adoptam aquele que viria a ser o primeiro instrumento legislativo ao serviço da construção de um mercado interno da energia, mais concretamente da electricidade” (GUEDES, 2012, p. 10), ao quais os organismos comunitários consentiam com a percepção da necessidade de serem estabelecidas regras comuns para a produção, transporte e distribuição de energia elétrica. Essas seriam políticas de desregulamentação ou negativa já que visavam “to liberalize national electricity markets over a nine-year period, leading to separation of production, transmission and distribution, which in most cases has meant the privatization of electricity production and supply.” (HIX, 2005, p. 250).

Também foi estabelecido, como destacou Guedes (2012, p. 12), “o que viria verdadeiramente a revolucionar a estrutura empresarial dos agentes envolvidos no mercado desta commodity”, ao que se referia ao unbundling, “isto é a abertura das redes nacionais a concorrência” (SANTOS, 2015, p. 116), à transparência e separação contabilística e à obrigação de autonomização das áreas de atividade em termos contabilísticos nas empresas verticalmente integradas¹⁵ promovendo assim a “desverticalização”¹⁶ dessas empresas, para a proteção dos direitos dos consumidores e para evitar ou identificar possíveis situações de abuso de posição dominante.

¹⁵ São aquelas que exercem controle sobre diversas fases de produção que AL final combinados satisfaz uma necessidade. Como no exemplo de empresas verticalmente integradas no setor de energia são aquelas empresas que obtém o controle de pelo menos mais de uma fase entre o processo de produção, transito, armazenamento e distribuição da energia.

¹⁶ Incentivar que as etapas entre produção e distribuição do setor energético não sejam controlados por poucas empresas, incentivar a separação dessas etapas do processo entre diversos concorrentes.

Essas empresas devem manter contas separadas relativamente às diferentes actividades que compõem a cadeia de valor do mercado da energia eléctrica como se de empresas distintas se tratasse, a fim de evitar discriminações e sobretudo, distorção das regras de concorrência. (GUEDES, 2012, p. 14).

O novo pacote de diretivas sobre a energia de 2003 reformulava e dizia respeito aos problemas não resolvidos pelo pacote anterior visando assim (não muito diferente do que previa o pacote anterior), à garantia da concorrência equitativa, acabar com os monopólios territoriais e minimizar os fenômenos de comportamentos predatórios e de posições dominantes no mercado, permitindo aos novos fornecedores de eletricidade e gás natural a entrada nos mercados europeus e possibilitando aos consumidores industriais e consumidores domésticos escolherem seus fornecedores de gás e eletricidade, para garantir o fornecimento de energia primária e a qualidade do serviço ao consumidor final, criando condições de desenvolvimento do mercado.

Porém, a concretização do processo de liberalização do mercado de energia não obteve os avanços significativos, muito se fala de uma Europa e vários níveis ou ritmos diferentes, devido à falta de harmonização legislativa entre os diferentes Estados-membros. Os organismos reguladores (que veremos no próximo tópico) de cada país se mostram insuficientes para assegurar a criação de um mercado comum e aberto da energia e muitas vezes sofriam influências dos próprios governos nacionais. As empresas de eletricidade também ainda mantinham posição de domínio em seus mercados nacionais, o que dificulta a atração de investimentos privados e investidores estrangeiros diretos (IED), também a inexistência de concorrência em muitos Estados-membros impossibilitava aos clientes optarem por fornecedores de energia alternativos (GUEDES, 2012).

Em 2007, a Comissão destacou na intitulada *Uma política energética para a Europa*, a importância da plena realização do mercado interno do gás natural e da eletricidade, assim como a necessidade da criação de igualdade de condições de concorrência para todas as empresas de gás natural e de eletricidade estabelecidas na Comunidade. O terceiro pacote de diretivas, que substituía o segundo, foi lançado então em 2009, visando também alcançar uma liberalização do mercado interno de eletricidade e também do gás natural. A diretiva relativa à eletricidade (2009/72/CE), que revoga a Diretiva 2003/54/CE e a diretiva relativa ao gás natural (2009/73/CE), que revoga a Diretiva 2003/55/CE, visam nomeadamente:

[...] regular a propriedade da rede de transporte, ao assegurar uma separação clara entre as atividades de aprovisionamento e produção e o funcionamento da rede através de três modelos de organização: a total «separação de propriedade», o operador de rede independente (ORI — responsável pela manutenção das redes, continuando os ativos a ser propriedade da empresa integrada) ou o operador de transporte independente (OTI — um sistema de regras detalhadas que asseguram a autonomia, independência e os investimentos necessários na atividade de transporte); assegurar uma supervisão regulamentar mais eficaz por reguladores energéticos nacionais verdadeiramente independentes, fortalecendo e harmonizando as competências e a independência dos reguladores nacionais, para permitir um acesso eficaz e não discriminatório às redes de transporte; reforçar a proteção do consumidor e assegurar a proteção dos consumidores vulneráveis; regular o acesso de terceiros a locais de armazenamento de gás e a instalações de gás natural liquefeito (GNL), e definir regras relativamente à transparência e à apresentação de relatórios regulares sobre as reservas de gás; promover a solidariedade regional, requerendo aos Estados-Membros que cooperem em caso de perturbações graves no fornecimento de gás, coordenando medidas de emergência nacionais e desenvolvendo as interligações de gás. (PARLAMENTO EUROPEU, 2015, p. 1-2).

O terceiro pacote que entrou em vigor em 03 de março de 2011 com o prazo para sua conclusão para 2014, não foi transposto e nem totalmente aplicado em vários Estados-membros. A concretização entrou num impasse, “a UE não se encontra no bom caminho para cumprir o prazo de 2014 para a conclusão do mercado interno da energia” (PARLAMENTO EUROPEU, 2015). Ressalta-se aqui que a crise prolongada de 2008 retirou a segurança energética do foco da UE combinado com os custos elevados da transição do pacote de diretivas para a liberalização do mercado de energia, causados sobretudo segundo Guedes (2012), pela ausência de um quadro regulatório sólido homogêneo e a nível supranacional.

Apesar disso, o Tratado de Lisboa¹⁷ que entrou em vigor em Dezembro de 2009, instituiu novas características à Política energética da UE, tornando a energia uma competência partilhada¹⁸, o que significava que deverá ser “entendida como uma tentativa de estabelecer uma ‘cooperação especial *modus operandi*’ entre a CE e os governos nacionais em favor de uma maior transparência relativamente ao funcionamento dos mercados energéticos” (SANTOS, 2015, p. 119). Nesse sentido

¹⁷ O Tratado de Lisboa conferiu bases importantes para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) uma vez que alocou todas as competências da PESC e da UE em um novo Alto Representante coordenando a capacidade diplomática da UE. Antes do Tratado de Lisboa existia múltiplos atores mas sem um interlocutor que agisse representando a PESC e os interesses dos Estados da União. Um Alto Representante para Negócios Estrangeiros e para a PESC representa a UE e atua coerentemente em seu relacionamento com o mundo e com os parceiros estratégicos da UE.

¹⁸ O Tratado de Lisboa classificou as competências a União: competências exclusivas; competências de apoio, coordenação e complemento e competências partilhadas com os Estados-Membros.

assim como destaca António Vitorino “[...] o Tratado de Lisboa acolhe uma base legal mais ampla e ambiciosa, com especial destaque para o princípio da segurança no aprovisionamento energético e da solidariedade energética entre os Estados-membros.” (VITORINO, 2010, p. 7). Além disso, como afirma Santos (2015), o Tratado de Lisboa também estabeleceu o princípio da solidariedade que em caso de dificuldade no abastecimento energético, todos os Estados-membros devem se disponibilizar a ajudar um ou os vários Estados-membros, que estiverem em risco.

3.1.2 Regulamentação e transparência

As medidas relativas à transparência já começaram a ser objetivadas com o primeiro pacote de diretivas para eletricidade e o gás natural. A transparência na formação dos preços e dos resultados econômicos relativos à abertura dos mercados de eletricidade e a obrigações de transparência contabilística são exemplos.

No segundo pacote de diretivas, a Diretiva 2003/54/CE ficou determinado a necessidade de cada Estado-membro designar organismos competentes, independentes dos interesses empresariais dos setores de eletricidade com funções reguladoras para garantir o bom funcionamento do mercado em perfeitas condições de concorrência, sendo atribuído também a esses organismos a função de sancionar, caso seja constatada alguma posição de abuso. As diretivas relativas ao mercado interno de energia também impulsionaram a criar o Grupo Europeu de Reguladores da Eletricidade e do Gás¹⁹ em 2003, para assegurar a cooperação entre os reguladores nacionais e a aplicação coerente nos Estados-membros das diretivas relativas mercado interno e a Agência de Cooperação dos Reguladores de Energia (ACER)²⁰ sendo um organismo de supervisão dotado de um papel consultivo geral que deve elaborar recomendações à Comissão, no âmbito da regulação de mercado e as prioridades de infraestrutura e transporte. (GUEDES, 2012).

Com o intuito de assegurar práticas de comercialização justas nos mercados de energia europeus a Diretiva 2008/92/CE visa melhorar a transparência dos preços do gás e da eletricidade que são cobrados aos utilizadores finais industriais

¹⁹ (Decisão 2003/796/CE).

²⁰ (Regulamento CE nº 713/2009).

ao qual cada Estado-membro é obrigado a fornecer à Eurostat, informações sobre o preço e o sistema de preços utilizados. As estruturas de cooperação para as Redes Europeias de Operadores de Redes de Transporte (REORT)²¹ também foram criadas para elaboração de regras para o acesso à redes e códigos técnicos e em conjunto com a ACER, assegurar o intercâmbio de informações de funcionamento e do desenvolvimento de normas e procedimentos comuns. A ACER ainda tem a responsabilidade de investigar casos de abusos de mercado e coordenar a aplicação das devidas sanções ao qual fica sob a competência de cada Estado-membro. (GUEDES, 2012).

3.2 RELAÇÃO ESTRATEGICA COM PAÍSES VIZINHOS

A União Europeia pode e deve lançar esforços para diminuir a dependência russa diversificando seus fornecedores e suas parcerias energéticas, porém para isso precisa lidar com os desafios que implicam no relacionamento com seus vizinhos, que por vezes estão politicamente instáveis e/ou mais vulneráveis à influências externas. Desse modo, as dificuldades no acesso às grandes reservas de bens energéticos nesses países são maiores. Os próprios países da OPEP, que passaram por suas Primaveras Árabes e que são os maiores fornecedores de petróleo para UE, representam um risco já que ainda se encontram em conflitos internos intermináveis. Nesse sentido, o quadro relacional com seus países vizinhos visa estabelecer parcerias e garantir influência para facilitar a expansão de seus interesses, além de fomentar o desenvolvimento através do Banco Europeu de Investimentos (BEI). Incentivar o desenvolvimento econômico social e os valores ocidentais nesses países e regiões com grandes reservas energéticas e/ou posição geográfica estratégica de trânsito, imersos - em maior ou menor grau - em problemas internos, torna mais fácil viabilizar os interesses energéticos europeus. A Política de Vizinhança Europeia (PEV) que abrange países do Norte da África, da Ásia central e do OM (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia, Ucrânia Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Palestina, Síria e Tunísia) visa muito bem esses objetivos uma vez que pretende fortalecer o relacionamento

²¹ Regulamento (UE) n.º 1227/2011.

político com esses países e criar uma integração econômica mais profunda que aumente a estabilidade em estes países.

3.2.1 Ásia Central e Cáucaso

Podem-se classificar os países da Ásia Central como os vizinhos mais importantes da UE com relação às questões energéticas, assim como já visto são eles possuidores de grandes reservas energéticas ou servem de trânsito material à União. Além disso, contam com a influência direta da Rússia devido à sua aproximação geográfica e histórica. São estes países também, considerados novos Estados, pois são eles fruto do desmembramento da antiga URSS e tornaram-se alvos de disputas internacionais de influência. A UE vem buscando assim, estabelecer relações mais sólidas com eles.

O meio para se alcançar uma aproximação e facilitar uma integração seria, auxiliar os novos Estados Independentes, resultantes do desmembramento da URSS em seus processos de transição. Mais do que isso a UE visava estender e incentivar a democracia, o Estado de Direito e a transição econômica de mercado. Em 17 de Dezembro de 1991, objetivando a reconstrução desses novos Estados, “a cooperação industrial Leste-Oeste prevendo garantias jurídicas em domínios como os investimentos, o trânsito e o comércio” (EUROPEAN UNION LAW, 2007) e a cooperação no setor da energia, foi concluída a negociação e assinada a Carta Europeia da Energia²². Também, desde 1991, com os Partnership Cooperation Agreements (PCAs), a UE já vinha pressionando esses países para a reforma de seus regimes. Em 2009 foi lançada a Parceria Oriental visando reforçar a dimensão da PEV e a cooperação regional e multilateral. Nesse âmbito foram estabelecidos Acordos de Associação para os países que assim desejarem constituir um grau maior de envolvimento político e econômico com a UE (Moldávia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão e Ucrânia estão em negociação no âmbito dos acordos de Associação). (SANTOS, 2015).

²² Os que fazem parte do Tratado da Carta da Energia são: Albânia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Mongólia, Holanda, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Tadjiquistão, Macedônia, Turquia, Turquemenistão, Ucrânia, Reino Unido e Uzbequistão.

Integrando o PEV, o Programa *Technical Assistance to Commonwealth of Independent States* (TACIS) também de 1991, direcionava ajudas orçamentárias à Europa Oriental e Central. Segundo Santos (2015), já foram acometidos 2,7 bilhões desde que o programa foi criado, direcionados à Rússia e usados para financiar 1500 projetos em 58 regiões e em 2007. O TACIS ainda foi substituído pelo *European Neighborhood and Partnership Instrument* (ENPI) ao qual trouxe algumas alterações para forçar as duas partes a cooperarem focando em projetos a partir de então cofinanciados. (SANTOS, 2015).

Constatando as dificuldades – entre elas a falta de transparência das políticas desses países, a dificuldade de se adentrar os investidores estrangeiros e os abusos dos direitos humanos que dificultam as relações diplomáticas junto a UE – de se aproximar dos países da Ásia Central, foi acordada em 2007 e 2010 uma estratégia nos documentos intitulados *The EU and Central Asia: Strategy for a New Partnership* e *The European Union and Central Asia: the new partnership in action* visando iniciativas nas áreas comércio internacional, educação, ambiente, direitos humanos e energia para promover a abertura política e respeito pelas normas internacionais passando a mensagem de que esses fundamentos são de suma importância para a criação de maior cooperação e parcerias sólidas junto a UE. Porém, a Ásia Central não tem mostrado muita preocupação com tais fundamentos.

A Ásia Central não parece especialmente empenhada em satisfazer as “exigências” políticas da *good governance* (i.e, uma governação que implique o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais dos cidadãos), e os europeus provavelmente terão de fechar os olhos a muitas situações se quiserem realmente acelerar a cooperação energética (RAFAEL, 2012, p. 101).

Ainda, o programa *Oil and Gas Transport to Europe*, foi criado em 1995 para promover a construção regional de gasodutos e oleodutos para facilitar o transporte à UE, contando com projetos como os gasodutos dutos Nabucco e Baku que veremos no próximo capítulo.

3.2.2 Mar Negro

A região do Mar Negro também corresponde a uma importante área geográfica devida sua quantidade de recursos naturais energéticos e por ser uma

junção da Europa com a Ásia Central e o Médio Oriente. O programa Sinergia do Mar Negro lançado em 2007 pela CE objetivava principalmente a cooperação regional nos domínios da energia, resolução pacífica de conflitos regionais e reformas econômicas e democráticas (SANTOS, 2015).

3.2.3 Sudeste da Europa

Em 2006, o Tratado que instituiu a Comunidade Europeia da Energia entrou em vigor visando reforçar a segurança energética atraindo investimentos para modernizar as redes de eletricidade e para os gasodutos dos países parceiros, também visando integrar os países do Sudeste Europeu no mercado interno da UE. (SANTOS, 2015). Esse Tratado também visa a criação do mercado comum de energia, “ideia é criar uma Comunidade Energética Pan-Europeia, na qual, a prazo, as regras aplicáveis ao mercado de energia serão iguais em todos os países da Comunidade.” (SANTOS, 2015, p. 112). Porém, a UE, precisa vencer alguns obstáculos para concluir o mercado de energia comum, ao qual veremos no próximo capítulo.

3.2.4 Norte da África

No Norte da África, os países como Líbia, Argélia, Egito, Angola, Nigéria e Guiné Equatorial junto com a Bacia do Atlântico representam ricas áreas de reservas energéticas que se caracterizam como relevante potencial para a União estreitar suas relações. Para os países do Norte da África foi lançada em 1995 uma Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) integrada por 10 países da margem do Sul e Oriental do Mediterrâneo: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Autoridade da Palestina, Síria, Tunísia, e Turquia para estabelecer uma área comum de paz e estabilidade, de prosperidade e partilhada e desenvolver os recursos humanos promovendo o entendimento entre culturas com trocas científico-tecnológico. Foram também estabelecidos Planos de Ação com Marrocos e Tunísia em 2005 e Egito em 2007 no âmbito da PEV que também incorporou esses países. Em 2008, a Líbia iniciou negociações com a UE no âmbito de fortalecer as relações política, econômicas, sociais, comerciais e culturais aos quais foram suspensas em 2011, devido ao grau de violência e instabilidade no país. Com a Argélia de suma

importância como parceiro energético foi acordada uma Estratégia UE-Argélia²³. Em 2008 foi criado em junho como uma forma de impulsionar o processo Barcelona a União para o Mediterrâneo (UpM) englobando os 27 Estados da Europa e 16 da Bacia do Mediterrâneo, do Norte da África, Médio Oriente e Balcãs (no total 43 Estados) visando a integração regional e coesão entre os parceiros introduzindo uma Secretária em Barcelona para conferir maior visibilidade (FRADE, 2012; SANTOS, 2015).

Ao final essas políticas estabelecidas na PEM na PEV como já visto e na UpM focavam nas questões energéticas. É de se realçar também, que à Rússia esses esforços de cooperação não passaram despercebidos já que este país vem também estabelecendo contato e visitas diplomáticas com os países do Norte da África visando a participação russa nos gasodutos da região como o Trans-Sahara (que ligará a Nigéria à Argélia) e garantir o acesso aos hidrocarbonetos africanos para evitar a independência energética da Europa demonstrando a importância da UE em se empenhar no quadro relacional estável com a região (SANTOS, 2015).

3.3 SEGURANÇA ENERGÉTICA VS POLÍTICA AMBIENTAL

A UE possui algumas das normas ambientais mais exigentes do mundo e é onde se observa os maiores avanços com relação ao meio ambiente. Segundo Hix (2005), a política ambiental visa primeiramente suprimir as falhas de mercado, como prevenir as distorções de competitividade no Mercado Único, sendo uma política de integração positiva, por substituir as regras nacionais pelas regras comuns da União.

A política ambiental da UE se baseia nas políticas de imposto dos produtos energéticos e da eletricidade²⁴, do modelo e comercialização dos certificados de emissão de carbono²⁵, nos rótulos ecológicos e auditorias ecológicas²⁶, na avaliação dos impactos ambientais nos princípios da precaução, da prevenção e da correção da poluição na fonte, no princípio do poluidor-pagador²⁷ e nos artigos 11º, 191º a 193º do TFUE. Desde a década de 70, a UE vem adotando cada vez mais rigorosas

²³ A Argélia havia recusado estabelecer um Plano de Ação com a UE temendo a interferência europeia nos assuntos internos.

²⁴ Diretiva 2003/96/CE.

²⁵ Diretiva 2003/87/EC.

²⁶ Regulamento (CE) n.º 1980/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Julho de 2000, relativo a um sistema comunitário revisto de atribuição de rótulo ecológico.

²⁷ Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais.

diretivas sobre a poluição do ar e a poluição sonora, sob a disposição de lixo, sob a poluição da água, sob produtos químicos e sob a proteção da natureza e da biodiversidade. Em 1972, de acordo com Hix (2005), foi acordada pelos chefes de governo uma série de programas de ação ambiental, com medidas em quatro áreas: o cambio climático; natureza e biodiversidade; meio ambiente; e saúde e a gestão dos recursos naturais e dos resíduos.

A UE tem competência para agir em todos os domínios da política ambiental, tais como a poluição atmosférica e da água, a gestão de resíduos e as alterações climáticas. O seu campo de atuação é, no entanto, limitado pelo princípio de subsidiariedade e pela exigência de unanimidade no Conselho²⁸ em questões fiscais, do ordenamento do território, da utilização dos solos, da gestão quantitativa dos recursos hídricos, das opções ao nível das fontes de energia e da estrutura do aprovisionamento energético (PARLAMENTO EUROPEU, 2015, p. 1).

É certo que a ausência das preocupações ambientais se nota na versão original do Tratado de Roma. Em suma, as diretivas de 1967 e 1970, mais especificamente a Diretiva 67/548 da CE sobre classificação, etiquetado e embalagem de substâncias perigosas, a Diretiva 70/157 sobre níveis de ruídos, e a Diretiva 70/220 sobre emissões de gases contaminantes por veículos a motor, foram as primeiras medidas de preocupação ambiental adotada pela UE e foram sendo incorporadas progressivamente nas Políticas Públicas da União a partir do Ato Único Europeu e nos tratados de Maastricht e Amsterdã.

Em 1994 foi estabelecida a Agencia Europeia do Ambiente (AEA) que:

[...] is responsible for collecting data and supplying information for new environmental legislation, developing forecasting techniques to enable preventative measures to be taken, and ensuring that EU environmental data are incorporated into international environmental programmes (HIX, 2005, p. 253).

Ademais, a UE conta com uma variedade de instrumentos para fomentar a proteção ambiental como o programa de gastos (LIFE) para as políticas públicas ambientais, a cooperação com países terceiros e a participação em tratados internacionais, assim como os incentivos para atores públicos ou privados que tenham a finalidade da proteção ambiental. (HIX, 2005).

²⁸ O tratado de Maastricht introduziu o voto por maioria qualificada no Conselho em matéria de legislação ambiental.

Assim se nota que a preocupação com a segurança ambiental na UE veio depois da preocupação com a segurança energética, se intensificando na década de 90 com a percepção mundial acerca das preocupações com o meio ambiente, expostas na Conferência de 1992, do Rio + 20 e a ratificação do Protocolo de Kyoto. Assim como já discutido, e como exalta Romano (2014), as políticas e as preocupações acerca do meio ambiente e da energia coincidem. A emissão de gases do efeito estufa, causa da aceleração do aquecimento global e das mudanças climáticas é consequência relativamente da queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás natural. Como grande consumidora desses recursos naturais, esse fator liga diretamente a segurança ambiental e a segurança energética da UE. Nota-se, a necessidade de diminuir a dependência desses recursos tanto para as perspectivas da segurança energética como para da segurança ambiental.

Na década de 90 ainda, foi proposto pela Comissão um pacote sobre energia renovável e eficiência energética, que não encontrou respaldo do Conselho, mas foi nesse ponto em questão, que se marcou a aproximação do tema energia às questões ambientais. Assim como em 2005, quando dois assuntos foram discutidos na Cúpula do Conselho de Hampton Court, as mudanças climáticas e o aumento constante dos preços do petróleo, que culminaram em 2008, no lançamento do Pacote Energia-Clima e os projetos para 2020.

A pedido do Conselho, a Comissão iniciou a elaboração daquilo que era chamado de “estratégia europeia para a sustentabilidade, competitividade e segurança energética”. A partir daí, a Comissão assumiu um ativismo que encontrou respaldo no Conselho, formulando, em janeiro de 2007, seu primeiro Plano de ação: uma política energética para Europa; e, em janeiro 2008, lançando o Pacote Energia-Clima. Observa-se que o início desta nova ênfase coincidiu com o primeiro mandato do José Manuel Barroso como presidente da Comissão Europeia, e seria, inclusive, a principal marca da sua gestão (ROMANO, 2014, p. 119).

Ainda segundo Romano (2014), o tema Energia junto com o tema Meio Ambiente ganhou força na visão de autores como Piebals (2009 apud ROMANO, 2014) devido às mudanças climáticas e na visão de autores como Ahtonen (2011 apud ROMANO, 2014), o tema se destaca ainda devido em 2005, iniciar-se as disputas decorrentes do trânsito de gás natural da Rússia pela Ucrânia. Também segundo Adelle (2012 apud ROMANO, 2014) outros temas como o aumento nos preços do petróleo deu força ao tema.

Todos os documentos da Comissão colocam a questão da mudança climática junto com a da segurança energética. Observamos que a agenda de desenvolvimento sustentável se afunilou para a questão climática, diretamente ligada à matriz energética (ROMANO, 2014, p. 120).

Estes temas reforçando a necessidade da diversificação das fontes de energia.

3.3.1 Pacote 20-20-20 Energia-Clima

O pacote 20-20-20 é denominado assim, por conter políticas direcionadas a atingir as metas de baixar os níveis emissão de carbono e de consumo de energia e diversificar as formas de energia num curto prazo até 2020.

A Diretiva 2009/29/CE proposta pela Comissão e aprovada pelo Conselho em 2007 estabeleceu nova quota de 20% da participação de energia renovável e 10% no setor de transporte, como metas para 2020, para a diversificação no cabaz energético da UE²⁹ ao qual cada Estado-membro apresentou em 2010 seu Plano de Ação Nacional para a Energia Renovável. Os subsídios ou os chamados regimes de apoio, que implicam ajuda aos investimentos, isenções ou reduções fiscais e reembolso de impostos que são proibidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), são permitidos pela diretiva ao qual a UE, assim como faz com a Política Agrícola Comum (PAC), vale-se do direito assegurado na cláusula de escape³⁰ da OMC.

É importante destacar também que a UE aposta em biocombustíveis de segunda geração³¹ para não competir com a produção de alimentos:

Isto porque o aumento da procura dos biocombustíveis provenientes de culturas agrícolas tem conduzido, conjuntamente com outros factores, à subida dos preços das matérias-primas agrícolas. Tal situação gerou em 2008, uma crise alimentar mundial que segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), colocou em causa a sobrevivência de cerca de 100 milhões de pessoas que viviam nos países mais pobres (SANTOS, 2015, p. 94).

²⁹ Esta Diretiva revoga as duas diretivas anteriores (2001/30/CE e 2003/30/CE) referentes a metas para 2010 de geração de energia renovável para eletricidade e transporte ao qual, somente Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Lituânia, Polónia e Portugal atingiram as metas em relação à eletricidade e apenas a Áustria, Finlândia, Alemanha, Malta, Holanda, Polónia, Romênia, Espanha e Suécia atingira referente ao transporte.

³⁰ Permite certas exceções no âmbito da OMC das normas de promoção do livre comércio.

³¹ São aqueles que não concorrem com a produção agrícola alimentar que assim não prejudicam a soberania e a segurança alimentar. Que usam insumos como por exemplo o etanol do bagaço da cana etanol (lignocelulósico).

A produção em larga escala de biocombustíveis de primeira geração também pode conduzir à escassez de água e à poluição do ar e do solo e sua degradação por utilizar fertilizantes, pesticidas e promover queimadas. A UE lança então em Novembro de 2009, a Iniciativa Industrial Europeia sobre Bioenergia “com vista a assegurar a rápida aceitação pelo mercado dos biocombustíveis de segunda geração sustentáveis” (SANTOS, 2015, p. 94).

Em 2006, a Comissão propôs e em 2007 o Conselho aprovou o primeiro Plano de Ação para Eficiência Energética. Esse plano também previa metas para 2020 estipulando em 20% a redução do consumo de energia anual no espaço comunitário.

As medidas em matéria de eficiência energética são cada vez mais reconhecidas como meio não apenas para alcançar um aprovisionamento de energia sustentável, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, melhorar a segurança do aprovisionamento e reduzir as faturas da importação, mas também para promover a competitividade das economias europeias. (PARLAMENTO EUROPEU, 2015, p. 1).

Para se atingir as metas, a UE “[...] estabeleceu normas e regras mínimas em matéria de eficiência energética aplicáveis à rotulagem e à conceção ecológica dos produtos, serviços e infraestruturas.” (PARLAMENTO EUROPEU, 2015, p. 1). Reduzindo o consumo de energia se reduz também a dependência externa e a emissão de gases do efeito estufa (GEE), assim como contribui para reforçar a competitividade da UE com cortes da fatura energética e impulsiona o desenvolvimento de novas tecnologias como por exemplo a tecnologia para captura e armazenamento (Carbon Capture and Storage (CCS)) de CO².

Integrando as políticas adotadas para a eficiência energética, as metas para 2020 também abrangem a redução da emissão de GEE impulsionada pelo Protocolo de Kyoto, ao qual a UE estabeleceu em 20% e 30% caso outros países chegassem a um acordo global sob a redução de emissão em relação ao nível de emissão que era em 1990. Para atingir a meta os países da UE contam com o Esquema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS, sigla em inglês)³² que estabelece um regime de comércio de licença de emissão de GEE na Comunidade sendo a UE o maior mercado de carbono do mundo. Com isso a UE, que tem

³² Diretiva 2003/87/CE que altera a Diretiva 96/61/CE.

promovido com outros sistemas de comércio de emissões, deseja criar um mercado internacional do carbono.

Cabe aqui uma crítica à criação internacional de um mercado de carbono como se fosse uma commodity aos moldes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto pois pode não diminuir a poluição mundial e apenas servir transferência de responsabilidade de emissão de uma região para outra onde,

[...] os poluidores do mundo rico passem a responsabilidade da redução das emissões para as fábricas do mundo pobre, onde as industriais usam os lucros provenientes dos créditos de carbono para expandirem as suas fábricas poluidoras em vez de investirem em tecnologias de energias renováveis (FERREIRA; RIBEIRO, 2013, p. 65).

Para apoiar o pacote, a UE também estabeleceu em 2008, o Plano para Tecnologia de Energia Estratégica para estimular projetos inovadores para baixo carbono. Também, a terceira fase do ETS incorporou tanto a participação de três países (Noruega, Liechtenstein e Islândia) quanto a emissão não apenas de CO² como também a emissão de óxido de nitrogênio. As metas previstas para 2020 do Pacote 20-20-20 Energia-Clima objetivam alcançar resultados maiores até 2050, como a redução de GEE de 80% a 90% estando em linha com as recomendações do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas das Nações Unidas e o aumento da participação de fontes renováveis na matriz energética de 55% a 75%. Assim, a UE prevê importar 35% a menos das suas necessidades energéticas em 2050 melhorando substancialmente sua segurança energética (SANTOS, 2015).

Ao fim é importante ressaltar que das políticas da UE que se relacionam à energia, as que mais vêm gerando resultados são as atreladas ao meio ambiente. As políticas de mercado comum de energia são as que menos geraram resultados práticos não superando ainda as preocupações nacionais de cada país. Por fim, as políticas direcionadas aos vizinhos com relação à segurança energética, devem servir de políticas complementares, uma vez que para garantir tal segurança é necessário que a UE siga o caminho de tornar cada vez menor a dependente externa. Por outro lado essas parcerias são imprescindíveis para assegurar canais de interligação de trânsito material de recurso energéticos (diminuindo a dependência de apenas um país), uma vez que não é possível a curto prazo, a total autossuficiência energética europeia.

4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES À SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UE

Apesar das políticas já adotadas, a UE ainda se encontra em meio a grandes desafios para garantir sua Segurança Energética. Como já sublinhado, a falta de harmonização legislativa na UE referente ao mercado de energia se destaca como grande preocupação e é causada, sobretudo pelo grau de (des)interesse dos países membros. O Mercado Único da UE não logrou grandes resultados no setor da energia. As próprias diretivas para o setor energético comunitário não foram totalmente transpostas, como já visto no capítulo anterior. Em 2011, a Comissão Europeia comunicou por meio do intitulado "2009 - 2010 Relatório sobre os progressos na criação do mercado interno de eletricidade e gás", a decepção com os atrasos para a transposição do terceiro pacote de diretivas que até junho, estourando o prazo acordado, nenhum Estado-membro tinha ainda comunicado a plena transposição.

4.1 PROTECIONISMO, MONOPÓLIO E FALTA DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA

Além de ter de superar os problemas exógenos, a UE precisa lidar com os desafios internos que os próprios Estados-membros e seus interesses unilaterais impõem. O protecionismo, o monopólio e conseqüentemente a falta de harmonização legislativa europeia e a infraestrutura inadequada, desestimulam o fortalecimento de uma política energética comum e eficiente que integre o mercado de energia europeu.

A interligação dos mercados nacionais dos Estados-membros ainda não estão concluídas, e existem ainda algumas áreas que não estão integradas para o mercado europeu de gás e electricidade. Por isso, o congestionamento e os problemas de estrangulamento ainda não foram resolvidos, e ainda não há, também o nível de investimento necessário para garantir/assegurar desejáveis melhorias no mercado interno assim como o desenvolvimento transfronteiriço de infraestruturas. (FRADE, 2013, p. 47).

Como destaca Santos (2015) há um retorno do protecionismo no setor de energia da UE - mas que segundo Rocco (2015) esse protecionismo é histórico - e é reforçado devido aos elevados preços dos combustíveis fósseis e as incertezas que rondam a elevação do consumo desses bens finitos. Geram assim, preocupações

que se traduzem na proteção das companhias energéticas domésticas e reforçam os monopólios e a falta de infraestrutura adequada, dificultando a circulação de energia e da eletricidade em si, através das fronteiras nacionais da União, além das já mencionadas dificuldades que os fornecedores e os países de trânsito implicam ao abastecimento da Comunidade Europeia.

Para o ex-diretor geral de energias da Comissão, Miguel (2014, p. 188), a eletricidade e o gás “[...] son víctimas de una concepción nacionalista del sistema.” Além disso, os mercados de energia que prevalecem em âmbito nacional são altamente concentrados em operadores históricos que detêm posição dominante e de monopólio de fato. De acordo com Santos (2015, p. 142) “[...] tornou-se claro que aprovar directivas sobre liberalização não vai por si só criar um mercado energético europeu”, o protecionismo impede “[...] o funcionamento aberto do mercado e reduzem a competitividade”, além de reduzir as chances da harmonização legislativa europeia para uma política energética comum.

4.1.1 Pipelines para a UE

Como já mencionado, a Rússia detém o monopólio dos gasodutos e oleodutos que servem grande parte da Europa. O único oleoduto que não se encontra sob domínio de Moscou é o Baky-Tbilisi-Ceyhan (BTC), que começou a operar em 2006, que vem do Azerbaijão (Baku), passa pela Geórgia (Tbilisi) e termina na Turquia e é detido em 30% pela British Petroleum (SANTOS, 2015).

A Rússia vem tentando com êxito participar de toda cadeia energética da UE, da produção à distribuição e o armazenamento. Além do controle monopolístico dos pipelines, a Rússia possui grande participação no capital de companhias de petróleo ou gás natural de países que rodeiam e servem a Europa Ocidental, 50% do capital da empresa estatal Beltransgaz da Bielorrússia é controlada pela Gazprom, também uma de duas refinarias da Bielorrússia foi tomada em 42%. Em 2007, a Rússia controlava 63% da principal companhia de gás da Moldávia e na Ucrânia, as corporações russas assumiram quatro das seis companhias petrolíferas, que significa em torno de 90% da produção do petróleo ucraniano (ROCCO, 2015). Além disso, a Rússia exerce poder em companhias europeias assim como em 35% da companhia de distribuição alemã Wingas e em 37% da companhia lituana Lietuvos

Dujos, controla também 10% do gasoduto que liga a Bélgica ao Reino Unido (ROCCO, 2015).

Outros monopólios se referem às próprias companhias dos Estados-membros da UE, caracterizadas como Campeãs Nacionais, ao qual a literatura ainda não definiu uniformemente seu conceito. Damien (2007, apud ROCCO, 2015) afirma que essas companhias tem um tratamento especial do governo por apresentarem em sua operação alguma dimensão nacional e por serem apoiadas pelo Estado “de várias maneiras como encorajadores de fusões nacionais, ou auxílios estatais (acesso ao crédito, obstáculos na regulamentação), ou para evitar a tomada de uma empresa nacional por uma corporação estrangeira” (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, 2009, apud ROCCO, 2015 p.10).³³

Um exemplo emblemático de campeã nacional da UE é a companhia E.ON Ruhrgas resultado de uma fusão, em 2002, de duas grandes empresas de gás natural da Alemanha, a Eon (verticalmente integrada) e a Ruhrgas que tem a maior capacidade de armazenamento entre os concorrentes do mercado alemão. Outros exemplos são também a fusão das francesas Gaz de France e Suez resultando na GDF Suez e as campeãs nacionais da Espanha e Itália, a ENDESA e a ENI (ROCCO, 2015).

Esses exemplos evidenciam a inoperância dos governos de evitarem tais monopólios e em realidade o favorecimento governamental a essas fusões, como no caso Francês, onde o próprio governo segundo Vos (2006, apud SANTOS, 2015) fez oposição à Oferta Pública de Aquisição (OPA) da italiana ENEL e favoreceu a fusão das companhias nacionais. Traduz-se assim o protecionismo das companhias energéticas domésticas e o monopólio no setor energético que desestimulam a concretização dos objetivos da UE acerca de uma política e um mercado comum da energia, reforçando o “*status quo*, da asfixia de qualquer novo competidor e da defesa acérrima de um mercado fechado e pouco competitivo paralisando assim

³³ É importante, não confundir as campeãs nacionais com as políticas industriais do país, enquanto o primeiro “visa criar uma forte organização nacional por meio de fusões, a fim de proteger o mercado nacional, não levando em consideração a eficiência nem as falhas de mercado, nem o futuro bem-estar dos cidadãos o segundo objetiva melhorar o bem-estar dos consumidores a longo prazo por meio da correção de falhas de mercado, melhorando a competitividade da indústria nacional, favorecendo uma indústria inovadora, que seja intensiva em conhecimento a fim de promover desenvolvimento Econômico.

todas as tentativas de liberalização e flexibilização” (SILVA, 2007 apud SANTOS, 2015, p. 142).

Além disso, em nome de seus interesses unilaterais, os monopólios energéticos reforçam as relações bilaterais com a Rússia obtendo certos privilégios como concessão de preços de gás mais baratos e melhores condições contratuais, além de ter “o acesso ao setor estratégico da Rússia, onde poucas outras empresas ocidentais estão autorizados a operar” (SMITH, 2008 apud ROCCO, 2015, p. 13). Essas relações privilegiadas expõem o risco da segurança energética europeia com o risco real de aumentar a importância russa como fornecedor energético da UE. Nesse sentido, a Comissão Europeia respondeu abrindo processo *antitruste* contra a Gazprom e suas parceiras, onde são investigadas pela prática abusiva de uma posição dominante com base no artigo 102.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). O Livro Verde sobre energia de Março de 2006, “Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura” vem para reforçar que “a UE é o nível em que deve ser desenvolvida a política energética” (SANTOS, 2015, p. 143), pois a política de um país inevitavelmente atinge outros Estados-membros. Mas de fato, essas relações especiais são encaradas como uma estratégia russa, que está conseguindo dividir a Europa.

Dentro desse contexto a Comissão Europeia está pressionando pela integração do mercado de energia, esse projeto tem sido apoiado pelo Reino Unido, pela Finlândia, pelas Repúblicas bálticas e a Polónia, enquanto que outros membros como Itália, Espanha, Alemanha e França estão negociando de forma bilateral com o principal fornecedor da UE. Concluindo, fica nítido que a estratégia russa tem como objetivo principal utilizar sua campeã nacional para negociar de forma bilateral e assim dividir e enfraquecer a posição do bloco (ROCCO, 2015, p. 13).

Já segundo Santos (2015), países como Reino Unido, Dinamarca, Irlanda, Portugal, e Espanha não tem nenhuma espécie de dependência russa e tendem a privilegiar/preferir o bilateralismo em negociações com a Rússia, ao contrário dos países do Centro e Leste Europeu que sofrem com as altas tributações impostas para o fornecimento do gás russo.

4.1.2 Os Novos Pipelines: diversificação das rotas?

A construção de gasodutos e oleodutos que ligam a UE a seus fornecedores significa uma diversificação das rotas, porém quando Rússia participa do controle

desses novos caminhos é de se esperar que exerça também um maior controle sob a UE, abrindo caminho para que os Estados-membros se tornem cada vez mais dependentes do vizinho energético.

O gasoduto Nord Stream que conta com duas linhas paralelas já inauguradas em 2011 e 2012 ligam diretamente Vyborg na Rússia e Greifswald na Alemanha sob o mar Báltico desviando o caminho dos Estados do Báltico e da Polônia, permite a Alemanha não pagar as tarifas de trânsito impostas àqueles países, evitando também potenciais problemas que envolvam o transporte pelos mesmos. O Nord Stream evidencia o interesse individual da Alemanha sobrepondo o interesse comunitário, como um dos maiores consumidores de energia da UE, a Alemanha selou um acordo bilateral com a Rússia que permitiu o controle conjunto do novo gasoduto, porém a Gazprom detêm 51% sendo majoritária. Os outros 49% se dividem entre as companhias alemãs BASF 20%, E.ON 20% e a companhia holandesa N.V Nederlandse Gasunie 9%. Segundo Santos “o Nord Stream poderá transformar a Alemanha num mercado controlado pela Gazprom e irá permitir à Rússia semear a discórdia no seio da União”. (SANTOS, 2015, p. 144).

O projeto acordado em 2007 entre a Grécia e a Bulgária, para juntamente com a Rússia construir o oleoduto Burgas-Alexandroupolis, contará com o abastecimento do óleo russo que será primeiramente transportado por barcos a partir do porto russo Novorossik localizado no Mar negro. Depois será transportado pelo oleoduto que será o primeiro “[...] controlado pelo Estado russo, em território da UE.” (SANTOS, 2015, p. 145). A ausência de coordenação entre os Estados-Membros ao que se refere ao setor energético e os riscos do aumento de dependência preocupam a UE. O projeto Burgas-Alexandroupolis em especial, gera contestações também por identificá-lo com um rival aos projetos de transporte trans-Cáspio, como o já mencionado oleoduto BTC.

4.1.3 O gasoduto Nabucco

Por sua vez, a UE vem modestamente tentando diversificar suas rotas energéticas face à Rússia. O projeto para a construção do gasoduto Nabucco, assim como salienta Santos (2015) é uma das poucas respostas da União ao controle russo.

O projeto que começou a ser preparado em 2002 visa transportar gás proveniente da Ásia Central e da região do Cáspio até a UE sem precisar passar pela Rússia. O empenho inicial foi marcante, a UE declarou o projeto como prioritário e integrou-o nas Redes Transeuropeias de Energia (RTE)³⁴ que começou funcionar formalmente em 2010. Em 2008, um primeiro contrato foi assinado o que segundo Frade (2013) previa o fornecimento de gás do Azerbaijão para a Bulgária e no mesmo ano, a empresa alemã REW tornou-se acionista no consórcio.

O gasoduto Nabucco - Nabucco Gas Pipeline GmbH¹²² – o objectivo do consórcio do gasoduto tem por base o contacto directo com empresas e operar num mercado económico autónomo, irá também promover, no seio da Comissão Europeia contactos para contratar empresas de transporte a manutenção directa com os transportes para operarem como entidade económica autónoma no mercado. Os objectivos da empresa alemã será realizar e promover estudos de engenharia e de consultoria e fazer lobby junto da UE para investimentos. A empresa irá coordenar as relações públicas e negociar contratos de transportes podendo até abrir filiais para melhor coordenar as suas actividades (FRADE, 2013, p. 62).

Porém, o projeto que deveria ter início em 2012, já foi adiado por mais de uma vez, e já é assinalado como um fracasso. Alguns dos desafios para a efetiva construção são os altos custos e a falta de recursos suficientes. Segundo Santos (2015) o fato de que ainda não se tem ao certo de onde virá o gás para o abastecimento é o obstáculo-chave que evita a garantia do projeto. Frade (2013) assim como Santos (2015), também destaca que os projetos rivais como o South Stream e o prolongamento do Blue Stream reduziram a euforia inicial reduzindo ainda mais as garantias para a concretização Nabucco. Os interesses individuais se sobressaem mais uma vez no sentido de que os Estados-membros da União manifestam apoio e consolidam acordos bilaterais com os projetos russos. Com relação ao apoio húngaro ao prolongamento do Blue Stream – que entraria em competição direta com o Nabucco, acusado de enfraquecer a política energética comum da UE - o governante da Hungria apenas se limitou a dizer “o Nabucco é um sonho e não é de sonhos que precisamos” (PARLAMENTO EUROPEU, 2007 apud SANTOS, 2015, p. 146).

³⁴ As RTE estão asseguradas no TFU nos domínios do transporte, das telecomunicações e da energia. Essas Redes são instrumentos que visam o crescimento do mercado interno respeitando o desenvolvimento sustentável e ao qual foi no Tratado de Maastricht que foi conferido como missão à UE a criação e desenvolvimento dessas Redes.

Com essa avaliação, fica clara a falta de solidariedade entre os Estados-Membros da União. As negociações bilaterais entre Estados-Membros e a Rússia se evidenciaram também como mais um instrumento da estratégia russa para manter a UE atrelada a seu fornecimento e exercer maiores influências sob a Comunidade Europeia. Os projetos empreendidos por Estados-membros da UE visando os interesses individuais remam contra a lógica europeia de redução da dependência energética face à Rússia sobrepondo-se aos interesses comunitários e tornando mais difícil a diversificação das rotas energéticas alternativas a esta federação. Nesse sentido, cada Estado-Membro foi convidado a partir de 2012 a informar a Comissão Europeia, sobre seus novos e sobre os já existentes acordos de energia bilaterais com os países terceiros a União.

4.1.4 O Corredor Sul

Outros projetos para além do Nabucco prometem a diminuição da dependência russa. O Corredor Sul são os projetos que envolvem tanto o Nabucco como o Trans-Adriático (TAP, sigla em inglês), o interlocutor Turquia-Grécia-Itália e o interlocutor do Cáucaso Meridional, o Baku-Tbilisierzurum. O primeiro interligará a Grécia, a Albânia e a Itália (INVESTIMENTO..., 2013), o segundo visa construir um gasoduto entre o Médio Oriente, os países fornecedores de gás natural do Mar Cáspio e os consumidores europeus contando com duas etapas: a primeira ligando a Turquia à Grécia que teve início em 2003 e a segunda, interligando a Itália (FRADE, 2013).

O terceiro, de acordo com Frade (2013, p. 66) foi “lançados pelos parceiros ocidentais, empresas como a BP-Reino Unido, Total-França e Statoil-Noruega” e visa garantir acesso seguro às reservas do Mar Cáspio e necessitando superar problemas existentes entre Turcomenistão que não integra este projeto e o Azerbaijão.

4.2 CANAIS DE INTERLIGAÇÃO: A INFRAESTRUTURA ADEQUADA?

Muito do que possibilita a Rússia ser o maior fornecedor de gás da União Europeia é a proximidade geográfica e os investimentos em infraestrutura que a Rússia desenvolve em conjunto com outras companhias e campeãs nacionais para

possibilitar que tal combustível chegue à União, tendo total poder para também impedir o fluxo, como ocorreu em 2006 e 2009³⁵. A União Europeia pode e deve lançar esforços para diminuir a dependência russa diversificando seus fornecedores e suas parcerias energéticas, porém é necessário primeiramente que a UE, para além do protecionismo e os interesses individuais de cada Estado-membro, vença os obstáculos da infraestrutura inadequada que existe por toda a Comunidade e enxergue o maior potencial europeu. Não se trata apenas da construção de pipelines, que interligam países europeus aos países de trânsito energético e aos países fornecedores e também vai além de formar parcerias diversificando fornecedores. É necessária uma União Europeia totalmente interconectada, que interligue cada país europeu incentivando e criando redes para que a eletricidade e o gás circulem livremente por toda a Europa, ajudando a diminuir a dependência externa.

Na UE há interconexões como entre a Dinamarca, a Suécia, a Áustria, a Bélgica e a Holanda, porém outras partes do continente sofrem com o estrangulamento energético sendo o mais notório, o Caso Ibérico (FRADE, 2013). Os canais de interligação assim são fundamentais também, para incentivar a produção de energia dentro da Europa e dar condições para que cada Estado-membro com potencial capacidade de produção desenvolva e exporte sua energia produzida, principalmente aquela que advém de fontes energéticas renováveis e sustentáveis. Podemos analisar que a UE tem grande potencial energético ao que se refere à produção de energias renováveis.

A UE é líder no que diz respeito às tecnologias energéticas renováveis. Detém 40 % das patentes de energias renováveis no mundo e, em 2012, quase metade (44 %) da capacidade de produção de eletricidade renovável a nível global (à exceção da energia hidroelétrica) pertencia à UE. (PARLAMENTO EUROPEU, 2015).

O consumo de energias renováveis na Comunidade também vem aumentando, correspondendo a 14% do consumo de energia da UE em 2012. Segundo o novo lançamento da Eurostat (2015) "Energy, transport and environment

³⁵ A Rússia cortou o fornecimento de gás à Ucrânia por 3 dias em janeiro de 2006 e por 20 dias em janeiro de 2009 devido aos desentendimentos com relação ao preço e dívida ucraniana com a Rússia afetando diretamente a UE. Além disso, desde a queda do ex-presidente ucraniano Viktor Yanukovich fez a Rússia duplicar o preço que cobra da Ucrânia pelo gás o que torna a segurança energética da UE extremamente frágil ao depender dessa via de transporte e, sobretudo de depender da Rússia.

statistical book”, quatro dos 28 membros da União já atingiram o nível exigido para cumprir seus objetivos de 2020 (levando em conta os diferentes pontos de partida de cada Estado-membro), a Bulgária com 19% da quota de energia renovável em 2013, a Estônia com 25,6%, a Lituânia com 23% e a Suécia com 52,1%. Os países como a Romênia com 23,9% e a Itália com 16,7% estão a menos de 0,5 ponto percentual de atingir suas metas para 2020. Além disso, há na UE países com potencial capacidade para exportar suas energias.

4.2.1 O Caso Ibérico

O Caso Ibérico se torna emblemático, pois a capacidade exportadora e de trânsito de energia de Portugal e Espanha para o resto da Europa é historicamente barrado pela falta de conexões energéticas e pela falta de consenso entre os Estados-membros - principalmente a França - para desenvolvê-las. A Espanha assim como Portugal é, devido a suas posições estratégicas, ponto de conexão com o Norte da África e a bacia do Atlântico e contêm usinas de armazenamento e regaseificação. A Espanha é o único país europeu com conexão com a Nigéria e Angola, que possuem GNL e já possui dois gasodutos conectados à Argélia. Além disso, são países que vem cada vez mais desenvolvendo suas energias renováveis.

Em Portugal, “desde 2004 que a Fundação para a Ciência e Tecnologia autonomizou a Energia como uma das áreas de financiamento de projetos,” e foram financiados assim, entre 2004 e 2011 projetos no domínio das energias renováveis onde de cerca de 79 projetos, 15 eram sobre energia eólica e solar (DELICADO et al., 2012, p. 11) onde, “quase dois terços de toda a electricidade consumida em Portugal em 2014 foram produzidos a partir da água, do vento e do sol.” (GARCIA, 2014). Assim como na Espanha que em 2013 foi o quarto maior produtor de energia renovável da UE (9,1%) (EUROSTAT, 2015).

As interligações entre a Península Ibérica e o resto da UE necessitam ser feitas através das fronteiras da Espanha com a França nos Pirinéus. O problema é que a França sempre temeu a concorrência que seria imposta as suas centrais nucleares que são sua principal fonte de produção de eletricidade. As interligações entre a Península Ibérica e a França e por consequência entre a Península Ibérica e o resto da Europa são de apenas 1,6% dos 120 mil megawatts (MW) de capacidade instalada, isso implica que a energia excedente produzida em Portugal e Espanha -

que já circula livremente entre esses os dois países – não tem capacidade de ser exportada, sendo a Península Ibérica denominada de Ilha energética.

Nas negociações que ocorreram no dia 23 de Outubro de 2014, que previam um novo pacote de Energia-Clima para 2030, o ativismo português chegou até o Conselho Europeu. As metas centrais propostas pela Comissão Europeia eram reduzir as emissões de CO₂ em 40%, em relação aos níveis de 1990, melhorar a eficiência energética em 30% e aumentar o consumo das energias renováveis em 27%. Mas Portugal já vinha ameaçando vetar o pacote se não fossem fixadas também metas vinculativas para interligações energéticas e de redes elétricas. O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de Portugal, Jorge Moreira da Silva se manifestou em Bruxelas dizendo: “se queremos um mercado interno de energia, esse mercado não pode terminar nos Pirinéus.” (BRITO; GARCIA, 2014). Portugal já havia enviado para a Comissão Europeia, a proposta inédita que põe como meta vinculativa o aumento da capacidade de transito de eletricidade em 25% até 2030. “A meta defendida significa, na prática, que a UE deve ter ‘auto-estradas’ de electricidade com espaço suficiente para deixar circular 25% da capacidade de produção instalada em todo o seu território dentro de 16 anos.” (FERREIRA, 2014). Ao fim essas metas acabariam com estrangulamento histórico imposto pela resistência da França à circulação energética advinda da Península Ibérica. Também, acabar com o isolamento Ibérico é de grande ajuda para que as metas de UE para 2020 sejam realmente cumpridas, visto que não acabar com o isolamento é ir contra o interesse europeu de criar realmente um mercado eficaz de energia. Além disso, Portugal também defende que novos corredores de eletricidade podem atrair investimentos e empresas para União e consequentemente gerar novos postos de trabalho.

Por fim as metas para 2030, que foram apresentadas no Livro Branco do Pacote Clima e Energia ficaram estipuladas em 40% de redução das emissões de GEE em comparação aos valores de 1990 como meta vinculativa, pelo menos 27% de energias renováveis também como meta vinculativa e como meta indicativa a nível da UE a redução de 27% de melhoria na eficiência energética (CONSELHO EUROPEU, 2014) muito aquém do que as organizações não governamentais do ambiente da Rede de Ação Climática e da Federação de Transportes Ambientais esperavam. Quanto à proposta de Portugal, ficou em 10 % a meta de interligações elétricas para 2020 e fixou-se a meta de 15% até 2030, com particular atenção para

a Península Ibérica e nos Estados Bálticos. Porém o primeiro ministro português, Passos Coelho não conseguiu tornar vinculativa as metas para o aumento das interligações energéticas, mesmo assim obteve da Comissão, o compromisso de monitorizar o processo nos próximos anos e exigir dos países medidas sempre que perceber que as metas estão ficando comprometidas (CONSELHO EUROPEU, 2014).

Apesar de modesto e sem o carácter vinculativo desejado por Portugal, o acordo para as interligações e o compromisso de monitoramento pela Comissão podem ser comemorados visto que o ativismo português foi praticamente único, uma vez que contou com o modesto apoio da Espanha na Cimeira³⁶ de 23 de Outubro. O português Durão Barroso, atual presidente da Comissão avaliou também positivamente o acordo:

As conclusões estão perfeitamente alinhadas, com compromissos calendarizados, com um mecanismo de seguimento que nunca vi para um objectivo destes, com a Comissão encarregue de apresentar regularmente os resultados. Isso está conseguido e, por isso, só posso felicitar Portugal e o primeiro-ministro por este bom objectivo alcançado (PIRES, 2014).

Ainda segundo Pires (2014) “Portugal abriu uma brecha no muro proteccionista francês, mas não o conseguiu derrubar”, de fato os interesses unilaterais dos Estados-membros se sobressaíram sob a proposta de Portugal que não teve apoio para além da Península Ibérica. Porém ao que parece, já vem dando frutos. A inauguração no dia 20 de Fevereiro de 2015 da linha elétrica Santa Llogaia entre a França e a Espanha duplicou a capacidade de interligação para 2800 MW (que para habilitar o uso total deve ser construído um phase-shifter transformer³⁷). (EUROPEAN COMMISSION, 2015). A Cimeira tripartidária realizada em Madrid no dia 4 de Março de 2015 entre Espanha, França e Portugal também é um grande avanço para concretizar as metas de interligações.

³⁶ Reuniões onde se reúne os dirigentes dos países responsáveis pelo encontro para debater assuntos de relevância.

³⁷ Phase-shifter transformer é um tipo especial de transformadores de interligação do sistema que controlam o fluxo de energia através de linhas específicas em uma rede de transmissão de energia complexa, fornecendo a possibilidade de inserir uma tensão com um ângulo de fase arbitrário no sistema de energia.

Chegámos hoje a acordo sobre os primeiros resultados concretos da União Europeia da Energia. Iniciámos um processo único de convergência regional no domínio da energia de que gostaria de ver cada vez mais exemplos em toda a Europa. Preparámos o caminho para a realização de novos investimentos e de interligações energéticas melhoradas e reforçadas entre a França, Portugal e Espanha. Os projetos aprovados hoje permitem intensificar a diversificação do aprovisionamento de eletricidade e gás na Europa. As medidas acordadas hoje conduzem-nos ao nosso objetivo comum: uma melhor interligação do mercado europeu e um reforço da segurança de aprovisionamento para todos os europeus (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, p. 1).

Reuniu o primeiro ministro espanhol Mariano Rajoy, o presidente da república francesa François Hollande e o primeiro ministro português Passos Coelho juntamente com o presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker, o presidente do BEI, Werner Hoyer e o comissário para a Ação Climática e a Energia, Miguel Arias Cañete, para discutir energia e interconexões e “para acordarem modalidades de reforço das ligações da Península Ibérica ao resto do mercado da energia da UE” (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, p. 1) que resultou na denominada Declaração de Madrid.

A Declaração de Madrid frisa a imperativa importância das conexões transfronteiras de eletricidade e gás principalmente para os países como Espanha e Portugal que não possuem o mínimo nível de integração energética no mercado interno europeu. As interligações devem contar com o apoio do Mecanismo Interligar a Europa³⁸, dos Fundos Estruturais³⁹ e do Fundo Europeu para Investimento Estratégico (FEIE) que a Comissão propôs em 13 de Janeiro de 2015 que mobilizará no mínimo 315 mil milhões⁴⁰ de euros de investimento adicional nos próximos três anos e canalizará investimentos para projetos onde se vê maior necessidade, podendo contemplar os Planos de Investimento Comuns (PIC) e outras propostas de projetos de interligações energéticas dando assistência à projetos de investimento credíveis (COMISSÃO EUROPEIA, 2015). Nesse sentido, a Comissão Europeia e os operadores do sistema de transmissão (TSOs sigla em inglês) da Espanha, França e Portugal prepararam o Documento de Estratégia Comum para desenvolver tais

³⁸ No dia 11 de Novembro de 2013 deu luz verde para a criação do Mecanismo Interligar a Europa visando simplificar as concessões de fundos a projetos prioritários no domínio dos transportes, da energia e das telecomunicações .

³⁹ Os Fundos Estruturais fazem parte da Política de Coesão da EU, são eles: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, o Instrumento Financeiro de Orientação da pesca (IFOP) e o Fundo de Coesão.

⁴⁰ Esse apoio financeiro ficou batizado como Plano Jucker em referencia ao presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker à frente nas negociações.

conexões que abrange, no campo da eletricidade, projetos como o da Baía de Biscaia (já incluído nos PIC) que liga a baía com a área de Aquitaine na França, com o custo estimado de 1,9 bilhões de euros e irá dobrar a capacidade para 5000 MW.

Outros projetos abrangem interligações através do Pirinéus (com duas possibilidades de cruzar o Pirinéus, uma por Cantegrit e pelo País Basco e outra por Marsillon e Aragão) que aumentará o nível para em torno 8000 MW. Ainda no campo da eletricidade, a Declaração enfatiza a importância de complementar a interligação entre Vila Fria - Vila do Conde - Recarei em Portugal e Beariz - Fontefría na Espanha. Os três governos também concordaram em estabelecer um novo Grupo Regional de Alto Nível para o Sudoeste da Europa, que irá garantir o monitoramento regular do progresso dos projetos e providenciar assistência técnica aos Estados-membros. O Grupo foi realmente criado em 15 de Junho em Luxemburgo pela Comissão Europeia em conjunto com os países em questão (Espanha, França e Portugal) visando promover projetos de infraestrutura ao que tange a energia no Sudeste da Europa e aplicar a Declaração de Madrid por meio da elaboração de um plano de ação, também sendo responsável por assegurar um acompanhamento regular e prestando assistência técnica aos Estados-membros no que se refere às infraestruturas de gás e de eletricidade.

Quanto às interligações para o transporte do gás natural, os países participantes da Cimeira tripartidária se comprometeram a completar o gasoduto conhecido como Midcat que irá ligar Catalunha ao Sudeste da França e assegurar o projeto “Val de Saône” que garantirá acesso à Espanha e Portugal o mercado de gás da UE. Os novos projetos a serem desenvolvidos devem ser identificados pelos três países juntamente com a Comissão e serão incluídos na nova lista dos PIC para 2015.

A declaração também faz menção às ideias pioneiras de Portugal e Espanha ao decidirem criar um Mercado Ibérico do Gás (MIBGAS) e ao Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) que devem ser aprimorados para posicionar a Península Ibérica como uma alternativa de abastecimento de energia custo-eficiente para a Europa.

Os projetos estão previstos para começarem o mais rápido possível, mas sem ainda datas concretas, ao que necessita estudos antecipados, porém com países diretamente interessados e afetados comandando os projetos é de se esperar que

sejam bem sucedidos. Segundo Passos Coelho, o potencial da Península Ibérica é grande podendo transportar 40% de gás que atualmente a União importa da Rússia.

Essa diversificação contribui para aumentar a segurança energética e a competitividade das empresas europeias. Na crise do abastecimento energético de 2009 em que a Rússia, cortou o fornecimento de gás natural para a Ucrânia, tanto a Espanha quanto Portugal não foram capazes de ajudar fornecendo eletricidade devido a falta das interligações. Segundo Santos (2015), a UE apenas não sofreu maiores consequências devido a Crise econômica de 2008 que colocou as indústrias em recessão e que reduziu a procura do gás natural (assim como se reduziu a atividade econômica e industrial) colocando em dúvida o princípio da solidariedade entre os Estados-Membros (estabelecido pelo Tratado de Lisboa) o qual funcionou nesse caso “na medida do possível face à deficiente interligação transfronteiriça da rede europeia de energia” (SANTOS, 2015, p. 148) e também devido ao lucro proporcionado pela venda de gás natural das reservas de armazenamento a preços elevados pelos Estados-membros.

A Península Ibérica em particular Portugal, também pode se tornar porta de entrada para o Gás Xisto dos EUA segundo a AIE.

4.3 DIVERSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE ENERGIA

Como já visto a produção e as reservas energéticas da UE são bastante baixas comparada com sua necessidade de importação, o que influencia na sua reduzida segurança energética. Nesse sentido, as energias provenientes de fontes renováveis na UE são uma base viável para o aumento da Segurança Energética na Comunidade uma vez que a produção de energia renovável vem aumentando na UE.

Em 10 anos, do período de 2003 a 2013 a produção das energias renováveis - que envolve a energia solar, eólica, das marés, a hidrelétrica, a geotérmica, biomassa⁴¹ e de resíduos (lixo) – aumentou 84,4% (EUROSTAT, 2015). Segundo o Relatório sobre os progressos em termos de energias renováveis, da Comissão Europeia (2015, p. 3) “As energias renováveis têm vindo a ser cada vez mais

⁴¹ Biomassa corresponde à massa de organismos vivos numa determinada áreas e corresponde à utilização de material de origem vegetal como bagaço de cana-de-açúcar, álcool, madeira, palha de arroz, óleos vegetais etc. para produzir energia.

utilizadas, enquanto alternativa segura e eficiente em termos de custos aos combustíveis fósseis, nos Estados-Membros, em redes urbanas de aquecimento e a nível local”. Na UE, 46% do consumo final de energia é utilizada no aquecimento e refrigeração e dentro disso 16,6% provêm das energias renováveis (valor estimado em 2014). Nas avaliações de 2013, 24% do consumo final da energia é utilizado para produção de energia elétrica onde 26% provem de fontes renováveis e significou 11% de aumento em comparação com 2012. Os números tendem a aumentar com o forte desenvolvimento dos países da UE no setor de energias renováveis e com isso os países estão conseguindo atingir as metas intermediárias para 2020, tendo Bulgária, Finlândia, Suécia, Estônia, Itália e Portugal, ultrapassados suas metas intermediárias previstas nos seus planos de ação nacionais para as energias renováveis e sendo previsto que 19 países membros consigam ultrapassar suas metas em 2020. O Relatório sobre os progressos em termos de energias renováveis frisa que:

Alcançar as metas de energias renováveis para 2020 continua a ser perfeitamente possível para a UE no seu todo e para a maioria dos Estados-Membros da UE. Contudo, uma vez que a trajetória prevista na Diretiva Energias Renováveis se torna mais acentuada à medida que 2020 se aproxima, em particular para os países que já estão a avançar lentamente, e que a insegurança normativa e as barreiras administrativas continuam a afetar os investimentos privados no sector, alguns deles poderão necessitar de medidas adicionais. Com base na avaliação das políticas atuais e futuras, no entanto, a maioria dos países deverá cumprir ou exceder as suas metas para 2020 em matéria de energias renováveis. (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, p. 3).

As fontes mais importantes são as provenientes da biomassa e de resíduos renováveis que somam 64% da produção de energia primária em 2013 no âmbito da UE. (EUROSTAT, 2015). Nesse caso como já mencionado, a UE vem apostando nos biocombustíveis de segunda geração que não entram em conflito com a produção agrícola alimentar, “para tal foi lançado em Novembro de 2010, a ‘Iniciativa Industrial Europeia sobre Bioenergia’ com vista a assegurar a rápida aceitação pelo mercado dos biocombustíveis de segunda geração sustentáveis” (SANTOS, 2015, p. 94).

As hidrelétricas também contribuem para o mix energético correspondendo a 16,6% da produção de energia renovável da UE. Porém, são as energias provenientes do sol e do vento que correspondem a maior expansão na produção que respondeu por 10,5% e 5,5%, respectivamente, das energias renováveis da UE-

28, a produção de energia eólica para a geração de eletricidade “aumentou para mais do triplo entre 2005 e 2014 e tornou-se no segundo⁴² maior contribuidor para a eletricidade produzida a partir de fontes renováveis, ultrapassando a biomassa” segundo a Comissão Europeia (2015, p. 7) e a energia fotovoltaica se tornou “o terceiro maior contribuidor para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis” (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, p. 8).⁴³

4.3.1 O Gás Natural Liquefeito (GNL) e o Gás Xisto

Outras possibilidades de diversificação das formas de energia que podem afetar a União é o desenvolvimento do mercado mundial GNL e do xisto nos EUA podendo a UE ter maiores opções nos próximos anos,

[...] os países europeus importadores de gás em conduta vão dispor de maior poder negocial face aos seus fornecedores nomeadamente a Rússia. Assim sendo, consideramos que as novas fontes de hidrocarbonetos alternativas ao gás convencional e ao petróleo constituem uma oportunidade para a UE diversificar os seus abastecimentos para além da Rússia (SANTOS, 2015, p. 152).

Na África do Norte (onde se encontra os maiores possuidores de GNL) e principalmente nos EUA - que está longe da força de influência da Rússia - configuram-se grandes oportunidades para a Europa já que o gás xisto e o GNL se encontram em expansão e a preços competitivos , “a nova geografia energética mostra que os EUA em conjunto com África, em 2020, possuem potencial para substituir, se necessário, o fornecimento de gás natural da Rússia à Europa” (EIRAS at al., 2014, p. 23).

O GNL já é utilizado pela UE sendo seu volume 19% do total de gás importado e tendo crescido 15% em 2009 em comparação com o ano anterior, muito disso devido ao desenvolvimento de infraestrutura para GNL no espaço comunitário

⁴² As centrais de hidrelétricas geram o maior volume de energia elétrica a partir de fontes renováveis na UE, apesar de sua produção ter diminuído de 94% para 43% entre 1990 e 2013, devido ao aumento da produção de energia eólica e fotovoltaica.

⁴³ Essas energias provenientes de fontes renováveis nem sempre podem ser consideradas limpas e há um grande debate sobre o que realmente são consideradas energias limpas. A energia proveniente das chamadas bioamassas exige na maioria das vezes a queima do material vegetal para a produção energética. As barragens ou hidrelétricas necessitam de estudos aprofundados uma vez que lidam com um enorme espaço que muitas vezes necessita realocar uma grande quantia de pessoas e pode se não feita adequadamente causar grandes impactos irrecuperáveis à fauna e a flora de uma determinada região. Até a energia eólica lida com críticas de que pode afetar as rotas e causar a morte de milhares de pássaros que forem atingidos pelos cataventos.

e também devido o aumento da oferta global. A UE já se beneficia do fornecimento de GNL advindo da Argélia, do Qatar e da Nigéria e pode aumentar significativamente essas importações advindas de novos grandes fornecedores como o Egito e a Trinidad e Tobago, que correspondem a 11% e 10% respectivamente das importações de GNL pela UE.

Participar nos consórcios para exploração de reservas energéticas consolidando a presença europeia e de suas multinacionais no continente também é uma opção visto que a Rússia vem tomando posição em projetos de fornecedores do Norte da África e em produtores e distribuidores futuros no Mediterrâneo Oriental. “A Gazprom assume claramente o objectivo estratégico de se tornar num ator relevante na produção e distribuição de petróleo e gás em fronteiras além-Rússia, completando o seu cerco à Europa, para além dos pipelines.” (EIRAS et al., 2014, p. 13). Porém segundo a Energy Information Administration (EIA), a agência de política energética norte-americana (EIRAS et al., 2014), a UE também tem grandes chances no Continente Africano e este serve como uma forma de diminuir a dependência de apenas um grande fornecedor: “[...] as projecções da EIA apontam que até 2020 EUA e da África Subsariana irão colocar, uma produção adicional de 4400 bcf, um valor muito próximo do volume russo importado pela Europa.” (EIRAS et al., 2014, p. 13).

Quanto ao gás xisto, é estimado que haja na Europa entre três zonas geográficas reservas de gás de xisto essas reservas correspondem:

A primeira estende-se do Leste da Dinamarca e Sul da Suécia até Norte e Leste da Polónia. A segunda diz respeito a um carbonífero marinho que se estende do Nordeste da Inglaterra, através da Holanda e Nordeste da Alemanha até o Sudeste da Polónia. A terceira compreende o Sul da Inglaterra, a Bacia de Paris, Holanda, Norte da Alemanha, e Suíça. (SANTOS, 2015, p. 154-155).

O Conselho Europeu já orientou em Fevereiro de 2011, que a potencial extração do gás xisto seja avaliada. A Polónia por sua vez, já anunciou sua intenção de promover a exploração do xisto e fazer deste projeto de estatuto europeu (SANTOS, 2015). Porém os impactos ambientais dessa exploração não são ainda totalmente conhecidos podendo ser preocupantes podendo gerar resíduos tóxicos e ameaçar reservas subterrâneas de água.

Nos EUA a exploração do gás xisto já vem acontecendo, “o peso do gás xisto na produção total de gás aumentou de 44% em 2005, para cerca de 50% em 2008” (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2010 apud SANTOS, 2015, p. 154). Em 2014 em Bruxelas o presidente Barack Obama ofereceu à Europa Continental um tratado comercial de exportação de gás xisto (A EUROPA..., 2014). “Estima-se que os EUA se tornarão, em 2020, o principal produtor de gás de xisto do mundo e, assim, poderia exportar esses recursos ao continente sem dificuldades” (A EUROPA..., 2014). Ao qual oferece uma parceria mais confiante a UE e uma potencial diversificação.

4.3.2 O Biocombustível do Brasil

O Brasil como grande produtor energético em especial de bioenergia também pode figurar-se nas bases opcionais para a Europa. Assim como destaca Santos “o Brasil tem um enorme potencial para a produção de biocombustíveis competitivos.” (SANTOS, 2015, p. 151). Além disso, o setor dos transportes que está incluído no pacote Energia-Clima para 2020 cotado para atingir 10% de energia, a partir de fontes renováveis e principalmente de biocombustíveis tem progredido lentamente com projeção de apenas 5,7% em 2014 ao que consta no Relatório sobre os progressos em termos de energias renováveis:

As principais razões para tal foram a incerteza ocasionada pela demora na formulação da política para limitar os riscos de alterações indiretas do uso do solo, e a falta de progressos na utilização de biocombustíveis alternativos de segunda geração. (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, p. 3).

Por sua vez o Brasil tem enorme interesse de adentrar ao mercado europeu e ao que concerne o etanol algumas medidas já foram tomadas na tentativa de alavancar tais pretensões. Desde 2004, por exemplo, o Brasil vem tentando fomentar parceria com a Alemanha no setor de biocombustíveis. Na reunião em Nurembergue em 20 de Fevereiro de 2007, o Diretor do Departamento da Agricultura da Alemanha e coordenador governamental alemão do Grupo de Trabalho do Agronegócio no Encontro Econômico Brasil-Alemanha Clemens Neumann deu parecer favorável aos interesses do Brasil,

As indicações obtidas em Berlim e Nurembergue eram de que, apesar de resistências dentro e fora do Governo, se desenharia cenário favorável aos interesses do Brasil. O plano mais ambicioso, no momento, era o de empregar, já em 2009, o E10 (etanol a 10%) e o do B7 (biodiesel a 7%), no mercado alemão [...] (FERES, 2010, p. 200).

Conseguir concretizar tal parceria com a Alemanha seria abrir caminho ao comércio em escala comunitária, como destaca Feres (2010), com seu o grande poder econômico e político a Alemanha consegue influenciar nas políticas e padrões da União. Se o E10 fossem introduzido, a Alemanha necessitaria importar aproximadamente 1,7milhões de toneladas/ano de biocombustíveis. Apesar disso, contrariando a tendência da UE, a Alemanha é um grande produtor de biodiesel sendo junto com o Brasil e os EUA, os maiores do mundo. Nesse sentido, a parceria com o Brasil se estendeu em matéria de cooperação tecnológica.

Um dos objetivos da UE como já mencionado, é desenvolver energias de biocombustíveis de segunda geração. Nesse sentido a assessora sênior da Presidência para Assuntos Internacionais, Géraldine Kutas representou a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) na Quinta Conferência Internacional sobre Etanol lignocelulósica realizada em 15 de Setembro de 2015 pela Coissão Europeia e Bruxelas e também no Advanced Biofuels 2015 em 17 de Setembro organizado pela Associação Sueca de Bioenergia (SVEBIO) em Estocolmo, que defendeu o Brasil como possuidor de “umas das fontes de biomassa mais baratas do mundo e tem todos os elementos para virar um grande produtor de etanol celulósico” (UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 2015) demonstrando dados de produção ao qual o Brasil se encontra empreendido no desenvolvimento de biocombustível de segunda geração.

Em sua apresentação, Kutas mostrou dados de produção citando dois projetos inovadores das companhias brasileiras Raízen e Granbio, que recentemente inauguraram duas plantas industriais para fabricação em larga escala do combustível renovável de 2ª geração a partir da palha e do bagaço da cana (UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 2015).

Em 2012 foi fechado o acordo previsto no âmbito do Acordo de Cooperação no Setor de Energia entre o Brasil e a Alemanha estabelecido em 2008. O acordo de 2012 formalizou parcerias entre os dois países em matérias de energias renováveis e o primeiro grupo de trabalho foi criado para os biocombustíveis, visando troca de

know how - como já se vinha discutindo desde a década passada - em matéria de comércio, certificados, padronização, certificação ambiental e social, produção e uso de biocombustíveis e desenvolvendo de tecnologia inovadora de propulsão. Além disso, a Alemanha concedeu a possibilidade de empréstimos ao Brasil de 52 milhões de euros, com juros reduzidos para o fim de desenvolver projetos em essa área (PEDUZZI, 2015).

A parceria entre os dois países vem crescendo, em 2015, 551, 5 milhões de euros foram acordados entre os dois países para expansão sustentável no setor energético com grande ênfase à relevância dos biocombustíveis (CANAZIO, 2015). Nesse sentido, o Brasil junto com a Alemanha pode colher frutos no desenvolvimento de energias renováveis e eficiência energética. Com isso vencer o protecionismo Europeu, podendo configurar-se como mais uma opção de diversificação energética para a UE que contribua para aumentar a sua segurança energética.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A União Europeia descobriu as preocupações acerca da segurança energética em 1952, quando desenvolveu políticas que ajudavam na livre circulação do carvão e do aço entre os primeiros países que formariam a UE, visando a reconstrução da Europa no pós II Guerra Mundial. Nessa época, a Segurança ainda circulava pelas esferas nacionais dos países visando apenas às ameaças externas e militares como um risco à suas seguranças nacionais.

Com a evolução dos estudos da Segurança desenvolvidos principalmente por Buzan, outras ameaças passaram a figurar na agenda da Segurança Internacional. Com o aumento no consumo de energia mundial e com os choques do petróleo na década de 70 (fonte de energia mais importante na época) e o aumento nos preços, a Segurança energética passou a ser incorporada cada vez mais na agenda de Segurança, assim como outros setores que já haviam sido introduzidos por Buzan, como a segurança econômica, a segurança política, a segurança ambiental, a segurança societal e a humana. Porém, as preocupações acerca do abastecimento seguro e ininterrupto geraram diversas outras contradições. A Relação entre países desenvolvidos escassos em recursos energéticos e os países subdesenvolvidos ricos nesses recursos foi sempre de ingerência externa e tentativas de colonização, o que no ano atual de 2015 conseqüentemente agravou-se o risco não só à Segurança Energética, mas aos outros setores de segurança, uma vez que a busca desenfreada pelos recursos naturais e pelo equilíbrio de poder motivou os conflitos nos países ricos em energia, mas pobres em políticas sociais e desenvolvimento.

Com isso, observa-se como a Segurança Energética está relacionada com os outros setores de segurança internacional. Na UE, a segurança energética que está relacionada com assegurar o fornecimento ininterrupto dos recursos energéticos, foi securitizada com relação direta à segurança ambiental, uma vez que ambas andam juntas nas novas e recentes políticas energéticas da União e aos quais demonstram maiores resultados. No entanto a Segurança Energética da UE depende para além das políticas de eficiência energética e meio ambiente, assegurar o abastecimento que em sua maioria vem do exterior e principalmente da Rússia, seu maior parceiro energético. Porém, os cortes de abastecimento da Rússia à Ucrânia que serve de

transito para a UE, demonstrou a fragilidade dessa parceria e o risco de se depender em sua maioria de apenas um fornecedor.

Desse modo, os caminhos que se abrem e os que foram seguidos pela União necessitam vencer primordialmente o protecionismo dos Estados-membros para se atingir os objetivos de aumento da segurança energética no continente. A UE foi mais bem sucedida nas políticas energética que acompanham a segurança ambiental, como o pacote Energia-Clima para 2020, ao quais os Estados-membros vem conseguindo cumprir suas metas intermediárias. Entretanto o objetivo de integrar a energia ao Mercado Único europeu ou criar um mercado único energético para a UE, não foi possível por ainda não superar as decisões e interesses unilaterais de cada Estado-membro.

As diretivas referentes ao setor elétrico e do gás natural visavam para atingir tal objetivo criar condições para o fomento da concorrência por meio da desverticalização dos setores energéticos e possibilitando o fim dos monopólios para evitar abuso de posição dominante, criando condições para que os custos de energia sejam semelhantes e justos em todas as regiões da União prevendo a segurança e a qualidade do fornecimento. O terceiro pacote de diretivas com esse objetivo não foi enfim totalmente transposto, demonstrando as falhas de uma Europa que caminha em vários ritmos diferentes. Os monopólios e inclusive as companhias caracterizadas como Campeãs Nacionais continuam dificultando a integração do mercado energético. Além disso, a Rússia vem trabalhando para dominar ainda mais não só a produção, mas toda cadeia energética que afete a UE, principalmente as rotas de petróleo e gás natural, o que torna a Comunidade Europeia ainda mais dependente.

A Rússia ainda consegue reforçar o bilateralismo nas negociações frente à harmonização legislativa à medida que os países obtêm certos privilégios em suas negociações com a Rússia, como concessão de preços de gás mais baratos e melhores condições contratuais. O mais recente conflito da Ucrânia que evidenciou a Rússia vs o Ocidente demonstrou mais uma vez a fragilidade da segurança energética. O acordo energético de fornecimento entre a Rússia e a China também comprova que a Rússia tem possibilidades, para além de uma interdependência com a UE. Em outras palavras, a Rússia já vem se preparando para que a UE dependa mais da Rússia do que a Rússia dependa da UE.

Ressaltam-se assim, as políticas de interligação e a diversificação de parcerias ao qual a União pode recorrer. As interligações energéticas devem ser reforçadas pelos pipelines que ligam os países de produção até a UE, ao qual a UE deve esforçar-se para obter maior participação no controle dos novos pipelines de forma integrada, como também reforçando as próprias infraestruturas internas da Comunidade para um melhor aproveitamento das energias advindas de outras partes do mundo e das próprias produções internas dos Estados-membros.

Essa política pode ser considerada como a mais adequada pois estruturando as interconexões internas, há um maior aproveitamento da circulação da energia e um estímulo maior para que os países produzam e vendam suas próprias energias entre si, em consolidação com as metas de aumentar a produção e consumo de energias renováveis na UE. Uma Europa mais interligada significa uma Europa mais autossuficiente, podendo estimular o potencial europeu de desenvolvimento de energias renováveis. Contribui também para a formação do mercado comum de energia uma vez que desenvolver cada vez mais novas formas de energia é introduzir na União mais oportunidades e investimentos, atraindo mais investidores e assim maior concorrência.

As conexões incentivam o investimento energético inclusive de IED e o desenvolvimento do mercado de energia, aumentando a concorrência tão necessária para o funcionamento do mercado comum de energia e para a redução dos monopólios. Além disso, as conexões acabam com o estrangulamento energético interno de algumas regiões da Europa como a região da Península Ibérica. Assim sendo, atingir a autossuficiência energética ainda é uma opção pouco viável, mas que deve ser perseguida por meio das políticas já integradas de eficiência energética, redução dos GEE e principalmente aumentando a produção de energias advindas das renováveis aos quais podem ser desenvolvidas na UE inclusive integrando o desenvolvimento de novas tecnologias, assim como também incluindo as recentes políticas para desenvolvimento da infraestrutura interna da UE.

Assim sendo, considera-se que as interligações internas que tiveram grandes avanços no pós Declaração de Madrid, devem continuar vencendo o protecionismo e o interesse dos governos locais para se alcançar a harmonização legislativa, e o aumento da produção interna de energia e do abastecimento. O aumento das interconexões externas, como na construção de pipelines, já sofrem maiores entraves principalmente aos que transpassariam a Eurásia, por necessitar do

envolvimento da UE junto a estes países, concorrendo diretamente com a influência russa, que já possui domínio em grande parte da cadeia energética da região.

A União também pode recorrer à diversificação de parcerias para aumentar sua segurança energética do abastecimento. A UE já conseguiu diminuir ligeiramente as importações da Rússia e aumentar de outras partes como a importação do gás natural da Noruega e as advindas do Norte da África que podem aumentar mais sua eficiência com o desenvolvimento das conexões entre a Península Ibérica e o restante da Europa. Fugindo também dos países menos internamente estabilizados, a UE pode recorrer ao gás Xisto dos EUA como parceiro fiável e também, às riquezas energéticas do Brasil, em especial os biocombustíveis devido ao lento desenvolvimento desses na União e ao qual a Alemanha e o Brasil já vêm desenvolvendo parcerias em matéria de desenvolvimento tecnológico e troca de *know how*.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. A. M. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

A EUROPA conseguiria viver sem o gás russo? **Bbc**, 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_alternativas_europa_gas_rb>. Acesso em: 30 out. 2015.

BORGES, M. A. S. **Segurança energética no direito internacional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Anuário estatístico do petróleo, gás natural e biocombustíveis**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.cogen.com.br/paper/2013/Anuario_Estatistico_Brasileiro_Petroleo_Gas_Biocombustiveis_ANP_2013.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

BRITO, A.; GARCIA, R. Divisões põem em jogo liderança da Europa na luta contra as alterações climáticas. **Público**, 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/divisoes-na-ue-poem-em-jogo-lideranca-europeia-na-luta-climatica-1673963>>. Acesso em: 29 out. 2015.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Tradução: Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, B. **People, States and Fear: an agenda for international security studies in the Post-Cold War Era**. 2. ed. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1991.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILD, J. **Security: a new framework for analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CANAZIO, A. Brasil e Alemanha assinam acordo para investir 551 milhões de euros em energia. **UDOP**, 2015. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1128580>> Acesso em: 01 nov. 2015.

CONANT, M.; GOLD, F. R. **A geopolítica energética**. Tradução: Ronaldo Sergio de Biasi. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

COMISSÃO EUROPEIA. **Energia Compreender as políticas da União Europeia**. Luxemburgo, 2015.

EIRA, R. et al. **O Impacto no Risco Geopolítico da Segurança Energética da UE do 'Shale Gas' dos EUA e do Gás Natural Africano - Oportunidades Para Portugal**. In: PROGRAMA FLAD SEGURANÇA ENERGÉTICA. Portugal: Fundação Luso-Americana, 2014. (Research Stream USA Shale Gas 4 Europe; Policy Paper

nº1-2014). Disponível em: <<http://www.flad.pt/wp-content/uploads/2014/10/FLAD-PSE-Risco-Geopolitico-Gas-Natural-Europa-EUA-Africa.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

EUROPEAN UNION LAW. **Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom)**. Bruxelas, 2007. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:xy0024>>. Acesso em: 2 set. 2015.

EUR-LEX. Access to European Union Law, 2015. O princípio da Subsidiariedade. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:ai0017>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

EUROSTAT. **Eurostat Statistics Explained**, 2015. Produção e Importação de Energia da União Europeia. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Energy_production_and_imports/pt>. Acesso em: 20 ago. 2015.

EUROSTAT. Eurostat Statistics Explained, **2015. Renewable energy statistics**. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Renewable_energy_statistics>. Acesso em: 20 set. 2015.

EUROSTAT. **Eurostat newsrelease**, 2015. Energy, transport and environment statistical book. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7057270/8-04112015-BP-EN.pdf/a233ec9d-f87d-4f48-8f1c-4d0a1a2eb112> > Acesso em: 10 nov. 2015.

FERREIRA, J. Â.; RIBEIRO, E. F. C. Uma análise crítica ao mecanismo de desenvolvimento limpo e seu desdobramento financista. **Revista E-Tech**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 51-68, 2013. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/view/348>>. Acesso em: 08 out. 2015.

FERREIRA, L. Portugal leva proposta a Bruxelas para exportar energia renovável para a UE. **Público**, 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/economia/noticia/portugal-leva-proposta-a-bruxelas-para-exportar-energia-renovavel-para-a-ue-1619983>>. Acesso em: 29 out. 2015.

FERES, P. F. D. Os Biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidade de cooperação com o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

INVESTIMENTO em gás no Azerbaijão abre fonte de abastecimento para a Europa. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 dez. 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2013/12/17/interna_mundo,403894/investimento-em-gas-no-azerbaijao-abre-fonte-de-abastecimento-para-a-europa.shtml>. Acesso em: 15 out. 2015.

FRADE, C. V. S. M. **A Política Energética da União Europeia. Segurança e Cooperação**. 2012. 115f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em:

<<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6480/3/TESE%20CARMEN.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

GARCIA, R. Renováveis garantiram 63% do consumo elétrico em Portugal em 2014. **Público**, 06 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.publico.pt/ecosfera/noticia/renovaveis-garantiram-63-do-consumo-electrico-em-portugal-em-2014-1681364>>. Acesso em: 29 out. 2015.

GUEDES, C. M. A. **Regulamentação no Âmbito do Mercado Interno da Electricidade**: da existência de um regulador europeu único. 2012. 53 f. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo na Vertente de Energia) – Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2012.

HIX, S. **The Political System of the European Union, Second Edition**. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MIGUEL, R. El gas y la electricidad: La Prueba del Mercado Interior. In: BENEDICTO, M. Á. et al. **Europa 3.0: 90 miradas desde España a la Unión Europea**. Plaza y Valdés Editores, 2014. p. 188-190. Disponível em: <http://www.plazayvaldes.es/upload/ficheros/europa3.0_ebook.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

PEDUZZI, P. Brasil fecha acordo com Alemanha em energias renováveis **Revista Exame**, 05 mar. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/brasil-formaliza-acordos-com-alemanha-na-area-de-energias-renovaveis>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

PIRES, L. R. Portugal falha metas vinculativas na interligação energética. **Económico**, 24 out. 2014. Disponível em: <http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-falha-metas-vinculativas-na-interligacao-energetica_204488.html>. Acesso em: 30 out. 2015.

PUTIN, V. Transcript: Putin says Russia will protect the rights of Russians abroad. **The Washington post**, Washington, 18 Mar. 2014. World. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/transcript-putin-says-russia-will-protect-the-rights-of-russians-abroad/2014/03/18/432a1e60-ae99-11e3-a49e-76adc9210f19_story.html>. Acesso em: 15 ago. 2015.

RAFAEL, J. M. C. **Estratégia energética da Rússia**: O caso do gás natural nas relações com a Europa. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estratégia) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

RAPHAEL, S.; STOKES, D. **Global Energy Security and American Hegemony**. Estados Unidos: Johns Hopkins Univer, 2010.

ROCCO, A. B. O mercado energético da União Europeia e as “campeãs nacionais”: uma ameaça para segurança energética? In: I Seminário Internacional de Ciência Política, 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sicp/files/2015/09/ROCCO-2015-O-mercado->

[energ%C3%A9tico-da-Uni%C3%A3o-Europeia-e-as-%E2%80%9Ccampe%C3%A3s-nacionais%E2%80%9D.pdf](#)>. Acesso em 30 set. 2015.

ROMANO, G. Segurança Energética e Mudanças Climáticas na União Europeia. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: v. 36, n 1, 2014. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=650&sid=118>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

SANTOS, A. M. M. **Segurança Energética Europeia e As Relações UE-Rússia**. 1. Ed. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

Silva, Antonio Costa. A Segurança Energética da Europa. **Revista Nação e Defesa (IDN)**, Lisboa: n.º 116, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD116.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

STUERMER, M. **Putin e o Despertar da Rússia**. 1. ed. Barcarena: Editorial Presença, 2009.

SPAIN; PORTUGAL; FRANCE; EUROPEAN COMMISSION. Comissão Europeia. **Madrid Declaration: Energy Interconnections Links Summit**. Madrid, 2015.

TANNO, G. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Revista Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: v. 25, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292003000100002>. Acesso em: 15 ago. 2015.

UNIÃO EUROPEIA. European Commission. **MEMO: Questions and answers on security of energy supply in the UE**. Bruxelas, 2014.

UNIÃO EUROPEIA. Artigos nº 170, 171, 172, 194, 216, 217,218, 2010. Tratado de Funcionamento da União Europeia.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Mercado Interno da Energia**. Bruxelas, 2015.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Política Ambiental: Princípios Gerais e Quadro de Base**. Bruxelas, 2015.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Eficiência Energética**. UE, 2015.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho Europeu. **EUCO 169/14 CO EUR 13 CONCL 5**. Bruxelas, 2015.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Energias Renováveis**. UE, 2015.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Relatório sobre os progressos realizados na criação do mercado do gás e da electricidade**. Bruxelas, 2010.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Comunicação de Imprensa:** Presidente Juncker e dirigentes de França, Espanha e Portugal estão de acordo sobre a via a seguir para melhorar a ligação da Península Ibérica ao resto do mercado da energia da UE. Bruxelas, 2015.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Relatório sobre os progressos em termos de energias renováveis.** Bruxelas, 2015.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇUCAR - UNICA. Debate atual estágio da produção de etanol celulósico no Brasil e na Europa. **UNICA**, São Paulo, 24 set. 2015. Disponível em:
<<http://www.unica.com.br/noticia/5710478920332005086/unica-debate-atual-estagio-da-producao-de-etanol-celulosico-no-brasil-e-na-europa/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

VITORINO, A. **As Inovações do Tratado de Lisboa.** In: Conferência proferida oralmente na Faculdade de Direito de Lisboa, em 15 de Março de 2010, Lisboa, 2010.